



Boletim de Transparência Fiscal

Rio de Janeiro, Julho de 2010

SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Renato Augusto Zagallo Villela dos Santos

SUBSECRETÁRIO DE FINANÇAS

Marcelo Barbosa Saintive

SUBSECRETÁRIO DE POLÍTICA FISCAL

George André Palermo Santoro

**SUBSECRETÁRIO DE FAZENDA PARA ASSUNTOS
JURÍDICOS**

Fabricio R. Valle Dantas Leite

SUBSECRETÁRIO DE ESTUDOS ECÔNOMICOS

Sérgio Guimarães Ferreira

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Ricardo José de Souza Pinheiro

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Carolina Tomaz Barbosa Corrêa

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Josélia Castro de Albuquerque

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Marco Aurélio Alves de Mendonça

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvecio Vital da Silva

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Brower Ramos Silva

Bruna Beatriz Daniel

Camila Callegario Ribeiro

Carlos Roberto Moreira de Araújo

Cláudia Santoro

Creusa Mattoso de Almeida

Daniela de Melo Faria

Eliane Marcos Macedo

Fernanda Stiebler

Gabriel Silva de Goes Rodrigues

João Vitor Pereira Pedrosa

Larissa Silva Carvalho

Leonardo Santos de Oliveira

Leonardo Silva Carvalho

Luana de Oliveira Cunha

Luciana Gerber dos Reis Velloso

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Marina Lavocat Barbosa Ernesto

Raphael Philipe Moura

Rebeca Virginia Escobar Villagra

Renata Gomes Rimes de Almeida

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação bimestral da Subsecretaria de Política Fiscal e da Subsecretaria de Finanças. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha naquela da avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2001).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.sefaz.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Rua da Alfândega, n.º 42 - 2º andar

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20.070 - 000



SUMÁRIO

Apresentação	6
RESUMO EXECUTIVO.....	9
I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	12
II. Resultado Fiscal.....	14
II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	14
II.3 Resultado Primário	17
III. Receita Estadual	18
III.1 Receitas Correntes	19
III.1.1 Receita Tributária	20
BOX 1 – Panorama Econômico ERJ	23
III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties	26
III.1.3 Receita de Transferências.....	28
III.1.4 Demais Receitas Correntes	30
III.2 Receitas de Capital.....	31
IV.1 Despesa por Fonte de Recurso	34
IV. 2 Despesa por grupo.....	35
IV. 3 Despesa por área de governo.....	40
IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional.....	40
BOX 2 – Despesas da Área Saúde financiadas com Outras Fontes.....	45
IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional	46
BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos	50
IV. 3.3 FECAM	51
IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.....	53
IV.4 Cota Financeira	56
V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	58
V.1 Cota Financeira	58
V.6 Requisições Judiciais de Pagamento.....	64



ANEXOS

Anexo 1 – Despesas por Grupo

Anexo 2 – Despesas por Fonte de Recurso

Anexo 3 – Despesas por Órgão

Anexo 4 – Despesas de Pessoal por Órgão

Anexo 5 – Despesas de Custeio por Órgão

Anexo 6 – Despesas de Investimentos e Inversões Financeiras por Órgão

Anexo 7 – Despesa Liquidada por Função - Fontes Tesouro e Outras Fontes

Anexo 8 – Execução Orçamentária Mai-jun/2009-2010 Programa de Aceleração do Crescimento

Anexo 9 – Execução Orçamentária Mai-jun /2009-2010 Secretaria de Saúde e Defesa Civil



Apresentação

Este é o décimo quinto número do boletim bimestral de transparência fiscal preparado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o terceiro referente ao exercício de 2010. Seu objetivo continua sendo o de aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Esses mecanismos de controle possuem pelo menos duas vertentes, a saber: a primeira liga-se à solvência e previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita. Ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo (suspensão de transferências voluntárias, por exemplo). O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, o cumprimento das obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.



A segunda dimensão diz respeito à aplicação dos recursos, cumprindo a Lei (e.g., vinculações) e procurando alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

O boletim procura proporcionar esses detalhes com rapidez, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade. Este canal se conjuga com inovações como a publicação de todas as Programações de Despesa (PD's) na internet em menos de três dias depois de efetuado seu pagamento, o que também facilita o acompanhamento aberto pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 21/07/2010.

A despesa refere-se, salvo ressalva, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intra-orçamentárias.

A análise da administração da Dívida Pública tomou por base o valor do empenho efetivamente pago.

Nesta edição, assim como nas seis edições do Boletim em 2009, deixou-se de incluir os resultados da Companhia Estadual de Águas e Esgotos, doravante CEDAE e da Imprensa Oficial do Estado - IO, nas contas do Estado, pois essas empresas são não-dependentes, nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Boletim procura dar, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja clareza sobre os gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade

Nesta edição, assim como nas seis edições do boletim em 2009, não se apresentam os resultados da CEDAE como parte das contas do Estado, uma vez que a empresa foi declarada "não dependente" de acordo com as regras da LRF.



O Boletim é dividido em cinco seções, além desta apresentação. As duas seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais e das metas correspondentes. A terceira seção analisa a evolução das diversas rubricas de receita e inclui um resumo da evolução dos principais indicadores econômicos do Estado. A quarta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, notadamente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e conservação do Meio Ambiente, assim como do PAC. Por fim, a quinta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

RESUMO EXECUTIVO

O **terceiro bimestre de 2010** consolidou tendência já apresentada no bimestre anterior: a superação das metas de arrecadação da receita em aproximadamente 9%. Com isso, a Secretaria de Estado de Fazenda vem garantindo os recursos necessários ao pleno funcionamento das funções do Estado do Rio de Janeiro. O crescimento da receita vem sendo impulsionado principalmente pelo ICMS, pelas participações governamentais do petróleo e por receitas de capital.

Os resultados orçamentário (+R\$2.684 milhões) e **primário** (+R\$1.48 bilhão) do semestre ainda sofrem influência do déficit sazonal do RIOPREVIDENCIA (apesar de apresentaram recuperação em relação ao começo de 2009).

A evolução favorável das receitas estaduais é decorrente principalmente do crescimento nominal de 19,2% na arrecadação do ICMS no acumulado do ano e pela recuperação das participações do petróleo em 98,5% no bimestre e 85,5% no semestre. O crescimento do ICMS é fruto da recuperação econômica e das ações de fiscalização da Secretaria de Estado de Fazenda. A elevação nos preços do barril do petróleo deve acarretar o acúmulo de reservas pelo RIOPREVIDÊNCIA sem sobressaltos.

As receitas de capital representaram papel importantíssimo no bimestre. O crescimento de R\$ 1 bilhão entre maio e junho representou incremento de 708,3%. No semestre, acumula-se um total de R\$ 1,09 bilhões os quais são decorrentes de empréstimo obtido junto ao Banco Mundial (R\$ 879 milhões) e transferências de capital da União (+R\$ 107 milhões) para obras do PAC.

No âmbito das despesas destaca-se o aumento de 13,3% em pessoal do Poder Executivo, fruto do reajuste para as áreas de educação e segurança, incorporação do Nova Escola bem como concessão de diversas gratificações e incentivos. Esse aumento, no entanto, ainda não reflete o reajuste salarial concedido a outros 348 mil servidores em julho deste ano.

As **despesas de Custeio** em geral apresentaram um crescimento de 14%, na maior parte, devido ao aumento das Transferências aos Municípios e FUNDEB, reflexo do crescimento da arrecadação. No âmbito do Executivo, o crescimento em relação à igual período de 2009 foi de 14,4% com destaque para a área de transporte, onde só os gastos com o Bilhete Único aumentaram em R\$79,58 milhões, um crescimento superior a 2000% com relação ao ano 2009.

Com relação aos **investimentos** já foram empenhados de Janeiro a Junho R\$2,6 bilhões, com grande aporte de recursos para o PAC, principalmente para as Obras do Complexo do Alemão e para o Arco Metropolitano.

Além do PAC, na manutenção e conservação de rodovias e estradas vicinais foram investidos R\$198,70 milhões. Os gastos com a rede física de saúde também foram relevantes, e totalizaram R\$100,65 milhões, dos quais a metade foi destinada à implantação de novas UPAs.

No que tange à administração financeira estadual, verificou-se que o índice de utilização da Cota Financeira liberada – nas Fontes de Recurso – FR sob a gestão do Tesouro Estadual – foi elevado de **70,3%**, em 2009 (3º bimestre), para aproximadamente 94% neste ano, reflexo das mudanças introduzidas na Cota Financeira.



O percentual de Programações de Desembolso – PD's pagas em relação à cota financeira utilizada também se manteve alto (88,39%).

No 3º bimestre, o prazo médio de pagamentos, após a emissão da Programação de Desembolso - PD foi inferior a 10 dias. Sendo que, aproximadamente, 60% das PD's emitidas pelos órgãos e entidades estaduais foram pagas pelo Tesouro do Estado em até 10 dias após a data de sua emissão e cerca de 35% entre 11 a 20 dias.

Os fundos, nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram bom desempenho nesse período, obtendo em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – *benchmark* dos fundos).

Já na execução de despesas com serviços públicos essenciais incluídos no Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias - SIPC¹, no primeiro semestre de 2010, foi registrado o faturamento de R\$ 73 milhões, tendo sido quitados 91% dessa importância, ou seja, R\$ 67 milhões.

No total, até o 3º bimestre, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 95 milhões com serviços públicos essenciais prestados pelas concessionárias aos órgãos estaduais.² Este montante represou 40% da dotação orçamentária disponibilizada, em 2010, no Programa de Trabalho específico para esse fim.

Seguindo o cronograma do Programa de Pagamento/Parcelamento de Restos a Pagar Processados, no dia 25 de maio de 2010, foi pago o montante total de R\$ 15.866.214,30 milhões. Após este pagamento, para fins contábeis, o Tesouro Estadual já quitou o total de R\$ 126.977.748,09, computados os efeitos dos pagamentos realizados até a presente data – previstos no cronograma de pagamento (R\$ 103.382.497,11) – e os valores quitados nas Ofertas Públicas de Recursos (contabilizados pelo valor de face, somando R\$ 23.595.250,98).

Logo, o Tesouro estadual já quitou, aproximadamente, 50% do total da dívida repactuada pelo programa, contemplando, integralmente, cerca de 750 credores.

Quanto ao pagamento de precatórios, tendo em vista que o Estado continua aguardando o levantamento do estoque de precatórios pelos Tribunais, para que possam ser aplicadas as novas regras de pagamento, introduzidas pela EC. 62, no 3º bimestre, continuou-se apenas honrando com os acordos de parcelamentos de precatórios, firmados no exercício passado, que totalizaram um desembolso de R\$ 20 milhões. Contudo, neste período, foram pagas 228 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ R\$ 1.660.661,86.

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 557 milhões com o serviço da dívida³, no 3º bimestre de 2009, 27% inferior ao pago no 2º bimestre.

¹ O SIPC foi criado por meio do Decreto 35.670/2004

² Estão incluídas nesse total apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

³ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.



O estoque da Dívida Financeira somou R\$ 55 bilhões, já o estoque da dívida externa, que corresponde a 3,98% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com o saldo de R\$2,19 bilhões, 75,83% maior que o verificado no segundo bimestre de 2010, refletindo a desvalorização do real frente ao dólar e do ingresso do contrato de financiamento firmado com o Banco Mundial. Foram liberados R\$ 905 milhões de receita de operações de créditos, no 3º bimestre de 2010. Desse montante, R\$ 879 milhões foram destinados para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do E.R.J. – PRODESF (recursos provenientes do BIRD); e R\$ 20,50 milhões, ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES).

Concerne à transferências voluntárias de recursos, o Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2010 com 387 Convênios de Receita e 514 Convênios de Despesa vigentes.⁴

Por fim, cabe destacar que buscando efetivar uma modernização institucional, a Subsecretaria de Finanças (SUBFIN) está na fase final do processo de implementação do Sistema de Gestão da Qualidade com a finalidade de obter o certificado da norma NBR ISO 9001:2008.

⁴ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais.



I. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais⁵ de arrecadação para 2010 foram divulgadas através da Resolução SEFAZ nº 276/2010, publicada em fevereiro deste ano.

O governo do Estado do Rio de Janeiro cumpriu com relativa folga a meta de arrecadação acumulada para o primeiro semestre deste ano. As receitas totais superaram o projetado em 8,8% no referido período e ficaram 32,1% acima da meta bimestral.

As Receitas Correntes, por sua vez, apresentaram desempenho 26,5% acima da projeção bimestral, sendo 12% superior ao projetado no acumulado. Este desempenho foi impulsionado principalmente pelas “Outras Receitas Correntes” (+398,8% no bimestre; e +164,2% no acumulado no semestre), seguidas da “Receita Tributária” e “Receita Patrimonial”. As primeiras foram influenciadas pela arrecadação da dívida ativa e de multas e juros de mora (e, portanto, contabilizadas na dívida ativa estadual), devido ao advento do Refis Estadual.

O crescimento das “Receitas Tributárias” (+16,3% no bimestre; e 10,1% no acumulado do ano) foi influenciado pelo crescimento da arrecadação do ICMS (Ver Tabela 7 na seção III.1.1) no período, enquanto as participações especiais tiveram ingresso 21,3% acima da meta bimestral da “Receita Patrimonial”,

As Receitas Correntes apresentaram desempenho 26,5% acima do previsto, decorrência da melhoria na arrecadação do ICMS, e nas Receitas Patrimoniais.

Tabela 1

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA 2010
(art 8º da LRF)

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões					
	META DE RECEITA (MAI-JUN) 2010	RECEITA REALIZADA (MAI-JUN) 2010	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN-JUN) 2010	RECEITA REALIZADA (JAN-JUN) 2010	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
REC. CORRENTES	6.662,19	8.424,49	126,5%	21.258,79	23.807,07	112,0%
TRIBUT.	3.958,77	4.602,95	116,3%	13.281,06	14.624,98	110,1%
CONTRIB.	144,90	151,76	104,7%	434,71	468,87	107,9%
PATRIM.	1.557,47	1.889,28	121,3%	4.242,30	4.770,14	112,4%
AGROPEC.	0,04	0,06	160,1%	0,10	0,07	77,9%
INDUST.	0,23	0,01	5,7%	0,71	2,51	354,5%
SERV.	48,60	51,42	105,8%	160,06	142,12	88,8%
TRANSF. CORR.	781,89	879,68	112,5%	2.649,82	2.503,77	94,5%
OUTRAS	170,29	849,38	498,8%	490,04	1.294,66	264,2%
REC. CAPITAL	587,76	1.151,90	196,0%	1.835,07	1.320,06	71,9%
OPER. CRÉDITO	309,26	905,43	292,8%	927,79	961,42	103,6%
ALIEN. BENS	0,01	0,80	10.045,9%	0,02	0,80	3.348,8%
AVORT. EMPRÉST.	22,81	24,12	105,7%	73,64	78,15	106,1%
TRANSF. CAP.	248,42	221,55	89,2%	810,55	279,69	34,5%
OUTRAS	7,26	0,00	0,0%	23,06	0,00	0,0%
Total	7.249,94	9.576,39	132,1%	23.093,86	25.127,13	108,8%

⁵ As metas bimestrais aqui divulgadas excluem as receitas intra-orçamentárias.

representando 19% do incremento nas receitas correntes do bimestre.

Cabe lembrar que as metas bimestrais já levam em conta as receitas provenientes do recebimento dos valores devidos por concessionárias de petróleo na esteira do termo de acordo celebrado com a interveniência da AGU – Advocacia Geral da União e da ANP – Agência Nacional de Petróleo, relativas a pendência de pagamento de participações especiais sobre a produção do campo de Marlim, alusivos principalmente ao período anterior a 2002.

A maioria das Receitas Correntes apresentou desempenho acima da meta bimestral. Entretanto, a Receita Industrial não correspondeu às expectativas, tendo se apresentado em patamar 94,3% abaixo do esperado, muito embora, esta receita tenha baixa participação em termos relativos no total das receitas correntes.

As receitas de capital ficaram acima da meta bimestral em R\$ 564,1 milhões (+96% acima do previsto), mas 28,1% abaixo do projetado para o acumulado do ano. Embora as metas de operações de crédito tenham sido superadas em 3,6%, houve frustração da meta das transferências de capital em 108% no bimestre e 65,5% no acumulado do ano, em virtude de atrasos no repasse de recursos.

A despesa paga no primeiro semestre de 2010 correspondeu a 99,0% da meta estabelecida no Cronograma de Desembolso Financeiro divulgado pela Resolução SEFAZ nº 277, de 03 de fevereiro de 2010, com o excesso na rubrica Outras Despesas Correntes compensado por

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º / LRF)*					
ESTADO DO RIO DE JAN-JUN 2010					
Em R\$ milhões					
GRUPO DE DESPESA	METAS DE EXEC. 2010**	DESP. ORÇAM. REALIZADA JAN-JUN***	RP 2009 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZ. JAN-JUN 2010	% REALIZ.
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	5.608	4.322	605	4.927	87,9%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.149	12.851	950	13.801	105,0%
INVEST /INVERSÕES	1.777	1.291	409	1.700	95,6%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZ.	1.765	1.656		1.656	93,9%
TOTAL	22.298	20.120	1.964	22.084	99,0%

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 277

***Fonte: SIG em 21/07/2010



uma execução mais conservadora das despesas de pessoal e serviço da dívida (Tabela 2).

No acumulado do ano, pagou-se R\$ 1,96 bilhão de Restos a Pagar, incluindo aqueles dos Outros Poderes, que contribuíram para o valor pago nas outras despesas correntes, ter excedido em 5,0% à meta fixada. Nesse grupo de despesa, o pagamento do RP já cumpriu 89,4% do montante inscrito no encerramento do exercício de 2009.

II. Resultado Fiscal⁶

II.1 Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Caso os resultados do RIOPREVIDÊNCIA sejam desconsiderados, os resultados fiscais do terceiro bimestre de 2010 remontaram a R\$1.885,15 milhões, que representa um crescimento de 1.739,1% em comparação ao ano passado. Este total é efeito do aumento de 48,6% da receita total, enquanto as despesas aumentaram em menor proporção (16,8%). No acumulado anual, o crescimento foi mais suave: 71,4% (Tabela 3).

A diferença positiva de R\$2,69 bilhões nas receitas bimestrais foi alavancada especialmente pelo crescimento de 31,5% das Receitas Correntes (+R\$1,70 bilhão), impulsionadas, principalmente, pelo incremento significativo das receitas tributárias em função da arrecadação de ICMS. e pelas receitas patrimoniais (mais detalhes na seção III.1.1 e III.1.2 respectivamente).

Tabela 3

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	R\$ milhões					
I. RECEITA TOTAL S/ RIOPREV. (A)	5.538,83	8.233,41	48,6%	17.874,83	22.512,72	25,9%
I.1 RECEITA CORRENTE	5.396,33	7.095,37	31,5%	17.673,94	21.238,14	20,2%
I.1.1 Tributária	3.654,56	4.602,95	26,0%	12.512,06	14.624,93	16,9%
I.1.2 Patrimonial	753,25	728,48	-3,3%	1.923,61	2.713,20	41,0%
I.1.3 Transferências	788,71	879,63	11,5%	2.384,97	2.503,77	5,0%
I.1.4 Demais Correntes	199,80	884,31	342,6%	853,30	1.396,24	63,6%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	142,51	1.138,03	698,6%	200,89	1.274,58	534,5%
II. DESPESA TOTAL S/ RIOPREV. (B)	5.436,33	6.348,26	16,8%	15.618,68	18.646,54	19,4%
II.1 DESPESA CORRENTE	4.926,68	5.551,21	12,7%	14.493,85	16.463,47	13,6%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	1.576,26	1.786,66	13,3%	4.655,24	5.215,80	12,0%
II.1.2 Demais Correntes	2.979,70	3.384,63	13,6%	8.695,51	10.102,79	16,2%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	370,72	379,92	2,5%	1.152,14	1.144,88	-0,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	509,65	797,06	56,4%	1.124,83	2.183,07	94,1%
II.2.1 Invest.	298,56	428,07	43,4%	478,71	1.179,28	146,3%
II.2.1.1 Obras e Instalações	236,26	401,62	70,0%	372,30	772,61	107,5%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	8,40	4,66	-44,6%	12,63	469,81	3.619,1%
II.2.1.3 Demais Investimentos	53,90	21,79	-59,6%	93,78	-63,14	-167,3%
II.2.2 Inv. Financ.	6,28	25,70	309,5%	27,45	32,25	17,5%
II.2.3 Amort. Dívida	204,82	159,26	-22,2%	618,67	511,49	-17,3%
RES. ORÇAMENTÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	102,50	1.885,15	1.739,1%	2.256,15	3.866,18	71,4%
RECEITA DO RIOPREVIDÊNCIA (C)	383,56	1.342,98	250,1%	1.640,60	2.614,41	59,4%
DESPESA DO RIOPREVIDÊNCIA (D)	1.229,40	1.281,35	4,2%	3.578,72	3.796,05	6,1%
RES. ORÇAM. RIO PREVIDÊNCIA (C-D)	-845,85	61,62	107,3%	-1.938,12	-1.181,64	39,0%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREV. (A-B) + (C-D)	-743,34	1.946,77	361,9%	318,03	2.684,54	744,1%

⁶ O resultado fiscal exclui as receitas e as despesas intra-orçamentárias.



Além disso, deve-se considerar o aumento de 698,6% nas Receitas de Capital em decorrência do ingresso de operações de crédito e transferências de capital (seção III.2).

Já a variação das Despesas foi estimulada pelo aumento nos Investimentos (+43,4% no bimestre; +146,3% no acumulado do ano), concentrados em 'obras e instalações', relação direta com a execução das obras do PAC (ver seção IV.2 e IV.3.4).

II.2 Resultado Orçamentário com RIOPREVIDÊNCIA

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no terceiro bimestre de 2010 foi 107,3% maior que o obtido no mesmo período em 2009. Ao contrário do que ocorreu no ano passado, atingiu saldo positivo: R\$61,62 milhões. Isso se deu pelo aumento de 250,1% (+R\$959,42 milhões) nas receitas do fundo, decorrente principalmente do aumento nas receitas patrimoniais, notadamente participações governamentais do petróleo e resgates de CFT (detalhes na seção III.1.2).

O resultado orçamentário global do terceiro bimestre de 2010, i.e., considerando o RIOPREVIDÊNCIA⁷, atingiu o montante de R\$1.946,77 milhões (+361,9%), reflexo do resultado positivo do fundo somado ao resultado orçamentário sem o fundo (exposto na seção anterior).

As receitas totais (tabela 4) tiveram acréscimo de 61,7% em relação aos valores verificados no 3º bimestre de 2009 (+28,8% no acumulado do ano). O crescimento das receitas correntes (+45,8% no 3º bimestre e +23,4% no ano) é consequência, sobretudo, dos acréscimos na

O resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA no terceiro bimestre de 2010 foi 107,3% maior que o obtido no mesmo período em 2009.

Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (COM O RIOPREVIDÊNCIA)

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2009/ MAI-JUN 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	R\$ milhões			R\$ milhões		
I. RECEITA TOTAL (A)	5.922,39	9.576,39	61,7%	19.515,43	25.127,13	28,8%
I.1 RECEITA CORRENTE	5.779,88	8.424,49	45,8%	19.287,15	23.807,07	23,4%
I.1.1 Tributária	3.654,56	4.602,95	26,0%	12.512,06	14.624,93	16,9%
I.1.2 Patrimonial	995,50	1.889,28	89,8%	3.097,32	4.770,14	54,0%
I.1.3 Transferências	788,71	879,63	11,5%	2.384,97	2.503,77	5,0%
I.1.4 Demais Correntes	341,11	1.052,63	208,6%	1.292,79	1.908,23	47,6%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	142,51	1.151,90	708,3%	228,27	1.320,06	478,3%
II. DESPESA TOTAL (B)	6.665,73	7.629,61	14,5%	19.197,40	22.442,59	16,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	6.155,94	6.827,26	10,9%	18.072,42	20.252,66	12,1%
II.1.1 Pessoal e Enc. Sociais	2.700,12	3.060,33	13,3%	7.989,89	8.953,93	12,1%
II.1.2 Demais Correntes	3.085,10	3.387,01	9,8%	8.939,42	10.153,85	13,6%
II.1.2.1 Juros e Enc. Dívida	370,72	379,92	2,5%	1.152,14	1.144,88	-0,6%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	509,79	802,36	57,4%	1.124,98	2.189,92	94,7%
II.2.1 Invest.	298,70	617,39	106,7%	478,87	1.646,19	243,8%
II.2.1.1 Obras e Instalações	236,39	406,69	72,0%	372,43	779,16	109,2%
II.2.1.2 Indenizações e Restituição	8,40	4,66	-44,6%	12,63	469,81	3.619,1%
II.2.1.3 Demais Investimentos	53,91	206,04	282,2%	93,81	397,23	323,4%
II.2.2 Inv. Financ.	6,28	25,70	309,5%	27,45	32,25	17,5%
II.2.3 Amort. Dívida	204,82	159,26	-22,2%	618,67	511,49	-17,3%
RES. ORÇAM. (A-B)	-743,34	1.946,77	361,9%	316,03	2.684,54	744,1%

⁷ As receitas e despesas do Rio Previdência foram retiradas das respectivas rubricas orçamentárias apenas na tabela 3 deste boletim.



receita tributária (+26% na comparação bimestral e +16,9% no ano).

No terceiro bimestre de 2010, as receitas patrimoniais apresentaram crescimento de 89,8% (+54% no ano), devido ao aumento expressivo no preço do barril do petróleo, em relação ao período equivalente em 2009 (detalhes na seção III.1.2).

As transferências totais cresceram 11,5% em relação ao período maio-junho 2009 (+5,0% no ano), impulsionadas pelo crescimento nas transferências federais, decorrente de aumento da arrecadação da União frente a 2009 (mais detalhes no item III.1.3).

As Demais Receitas Correntes apresentaram desempenho positivo (+208,6% no bimestre; e +47,6%, no acumulado), em função da arrecadação de créditos da dívida ativa, multas e juros de mora no período abril/maio com o REFIS⁸ (mais detalhes no item III.1.4).

Com relação às receitas de capital, houve um incremento significativo tanto em nível bimestral (+708,3%) quanto anual (+478,3%), fruto da realização de operações de crédito externas e do aumento nas transferências de capital da União (ver seção III.2).

No tocante às despesas totais, considerando a participação do RIOPREVIDÊNCIA, houve aumento de 14,5% comparando-se os terceiros bimestres de 2009 e 2010 (+16,9% no ano).

As despesas correntes representaram 89% das despesas totais, cresceram 10,9% no bimestre e

As receitas de capital cresceram 478,3% no acumulado do ano, decorrente do incremento de operações de crédito e transferências de capital.

As despesas de capital variaram positivamente em ambos os períodos (+57,4% no bimestre; e +97,4% no acumulado), explicados por variação explosiva nas despesas com investimento em obras e instalações.

⁸ A Lei Estadual nº 5.647/2010 instituiu incentivos a pagamentos de débitos tributários ou não, por meio de um sistema de parcelamento com anistia proporcional. Sua regulamentação está prevista no Decreto Estadual nº 42.316/2010, reformado pelo Decreto Estadual nº 42.395/2010, e na Resolução PGE nº 2.771/2010, complementada pela Resolução Conjunta SECC/PGE Nº 32/2010.



alcançaram elevação de 12,1% no acumulado. As despesas de “Pessoal e Encargos Sociais”⁹ sofreram um incremento nominal de 13,3% no bimestre. Este aumento é decorrente de aumentos concedidos às áreas de educação e segurança (+5%); da implementação de planos de cargos e salários no RIOPREVIDÊNCIA e na Educação (Programa Nova Escola); além de gratificações concedidas a outras áreas do Estado (BOPE, UPP, Defesa Civil, etc.)¹⁰.

As demais despesas correntes aumentaram em 13,6% (+R\$ 1.214 milhões) no acumulado do ano (+R\$301 milhões no terceiro bimestre) em relação a 2009, refletindo a ampla provisão de recursos para o funcionamento dos serviços do Estado.

Representando 11% das despesas totais, as despesas de capital variaram positivamente em ambos os períodos (+57,4% no bimestre; e 97,4% no acumulado), explicados por variação significativa nas despesas com investimento em obras e instalações. Estas ultrapassaram R\$ 406 milhões, o que representa uma variação positiva de 72% em relação ao mesmo período de 2009 (no acumulado, a variação foi de +109%).

II.3 Resultado Primário¹¹

O resultado primário do terceiro bimestre de 2010, desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA, alcançou R\$ 1,43 bilhão (Tabela 5), sendo 146,2% maior que o mesmo período de 2009 (+R\$ 848,67 milhões); no acumulado do ano, o resultado foi 15,9% acima.

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO - COM E SEM RIOPREVIDÊNCIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2009/2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA S/ RIOPREV. (A)	5.538,83	8.233,41	48,6%	17.874,83	22.512,72	25,9%
RECEITAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (B)	98,34	1.014,37	931,5%	318,91	1.243,55	289,9%
RECEITA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (C)	5.440,49	7.219,03	32,7%	17.555,92	21.269,17	21,2%
DESPESAS S/ RIOPREV. (D)	5.436,33	6.348,26	16,8%	15.618,68	18.646,54	19,4%
DESPESAS FINANCEIRAS S/ RIOPREV. (E)	576,24	558,30	-3,1%	1.772,44	1.678,60	-5,3%
DESPESA NÃO-FINAN. S/ RIOPREV. (F)	4.860,08	5.789,96	19,1%	13.846,23	16.967,93	22,5%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (C-F)	580,40	1.429,08	146,2%	3.709,69	4.301,24	15,9%
RES. PRIMÁRIO RIOPREVIDÊNCIA (G)	-859,19	50,53	105,9%	-2.002,34	-1.209,82	39,6%
RES. PRIM. C/ RIOPREV. (C-F) + (G)	-278,78	1.479,60	630,7%	1.707,34	3.091,42	81,1%

⁹ Nesta seção, “Pessoal e Encargos Sociais” inclui gastos com Inativos e Pensionistas.

¹⁰ Lei n° 5573/2009 (Segurança), Lei n° 5583/2009, Lei n° 5584/2009, Lei n° 5578 (Educação).

¹¹ O resultado primário aqui, diferente do que ocorre no governo federal, é apurado pelo valor liquidado, e não pelo empenhado.

Isto é resultado do melhor desempenho das receitas não financeiras (+32,7% no bimestre; +21,2% no acumulado) do Estado do Rio de Janeiro frente às despesas não financeiras (+19,1% no bimestre; +22,5% no acumulado), derivado do esforço de arrecadação e da austeridade fiscal.

O resultado primário considerando o RIOPREVIDÊNCIA teve aumento de 630,7% (+R\$1.758,39 milhões), atingindo o montante de R\$1.479,6 milhões. Diferente do mesmo período do ano passado, o resultado em 2010 foi positivo. No acumulado anual até o 3º bimestre, o total alcançado foi de R\$3.091,42 milhões, variação positiva de 81,1%.

Isto demonstra o papel “contracíclico” do RIOPREVIDÊNCIA no orçamento do Estado do Rio de Janeiro, acumulando recursos em períodos de crescimento econômico e utilizando-os em períodos de crise (como em 2009).

III. Receita Estadual¹²

A arrecadação total do terceiro bimestre sofreu aumento de 61,7% se comparado ao mesmo período do ano anterior (Tabela 6). Quanto ao acumulado dos seis primeiros meses do ano, o aumento foi de 28,8%.

As receitas correntes obtiveram valor 45,8% maior no bimestre. Este resultado foi impulsionado pelo crescimento das seguintes receitas, a saber: tributária (+26,0% em relação ao mesmo período de 2009), em especial do ICMS; patrimonial (+89,8%); e das outras receitas correntes (+459,2%), esta última sendo reflexo principalmente do REFIS.

Tabela 6

DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2009/ MAI-JUN 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
TRIBUTÁRIA	3.654,56	4.602,95	26,0%	12.512,06	14.624,93	16,9%
CONTRIBUIÇÕES	133,32	151,76	13,8%	418,09	468,87	12,1%
PATRIMONIAL	995,50	1.889,28	89,8%	3.097,32	4.770,14	54,0%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,06	901,9%	0,02	0,07	230,3%
INDUSTRIAL	2,57	0,01	-99,5%	2,93	2,51	-14,4%
DE SERVIÇOS	53,34	51,42	-3,6%	152,65	142,12	-6,9%
TRANSF. CORR.	788,71	879,63	11,5%	2.384,97	2.503,77	5,0%
OUTRAS CORR.	151,88	849,38	459,2%	719,10	1.294,66	80,0%
REC. CORR.	5.779,88	8.424,49	45,8%	19.287,15	23.807,07	23,4%
REC. CAPITAL	142,51	1.151,90	708,3%	228,27	1.320,06	478,3%
Total	5.922,39	9.576,39	61,7%	19.515,43	25.127,13	28,8%

¹² Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do Rio Previdência.



As receitas de capital obtiveram crescimento extraordinário no terceiro bimestre de 2010 (+708,3%) (Ver detalhes na seção III.2).

III.1 Receitas Correntes

As receitas correntes elevaram-se 45,8% no 3º bimestre em relação ao mesmo período de 2009 (+R\$2.644,6 milhões), alcançando R\$ 8.424,49 milhões. No primeiro semestre do ano, tais receitas atingiram em R\$ 23.807,07 milhões (aumento de 23,4%).

As receitas tributárias são as mais representativas no total das receitas correntes. No terceiro bimestre de 2010, elas alcançaram o montante de R\$4.602,95 milhões, representando 54,6% das receitas correntes; no acumulado do ano, a soma de R\$14.625 milhões equivaleu a 61,4% (detalhes na seção III.1.1).

As segundas mais expressivas no grupo, as receitas patrimoniais, chegaram a 20% no acumulado do primeiro semestre de 2010. Entre maio e junho, apresentaram bom desempenho, atingindo o total de R\$1.889 milhões, crescimento de 89,8% em relação ao mesmo período de 2009 (ver seção III.1.2).

As receitas de transferências, que se referem aos repasses da União ao Estado do Rio de Janeiro, se elevaram em 11,5% se comparadas ao terceiro bimestre de 2009. No acumulado, o total verificado de R\$2.503,77 milhões representou aumento de 5%.

Sobre as outras receitas correntes, foi verificado aumento de 459,2% (+R\$697,49 milhões), consequência especialmente dos trabalhos de fiscalização e do REFIS, os quais alavancaram as arrecadações de multas e juros de mora, e dívida ativa (ver seção III.1.4).



III.1.1 Receita Tributária

A receita tributária do terceiro bimestre de 2010 alcançou o total de R\$4.602,95 milhões, o que representa aumento de 26% (+R\$948,39 milhões) em comparação a 2009. Sobre o total acumulado, a variação foi de 16,9% (+R\$1,72 bilhão). Esses resultados positivos correspondem ao incremento do ICMS de R\$696,80 milhões (que, por sua vez, representam 73,4% do aumento da receita tributária total) e do IRRF (+R\$123,9%) neste bimestre (tabela 7).

A variação do IRRF deveu-se a atrasos nos repasses ao Tesouro do Estado por parte do RIOPREVIDÊNCIA. Somente em junho foram repassados os valores referentes aos meses de fevereiro, março, abril e maio. Com isto, o ingresso de recursos entre maio e junho equivaleu a mais de 60% dos meses acumulados.

Sobre a distribuição setorial da arrecadação do ICMS, os dez setores produtivos com maior participação no bimestre maio/junho de 2010 equivalem a 77,2% do total arrecadado. Destes, apenas o setor de produtos farmacêuticos não contribuiu para o crescimento da arrecadação geral do imposto.

Apesar da redução da concentração nos setores de energia elétrica e, principalmente no de telecomunicações, o setor petrolífero concentrou ainda mais participação na arrecadação do ICMS neste bimestre de 2010 (15,7%, o maior arrecadador do imposto em maio/junho). Além disso, o setor foi o que mais contribuiu para o crescimento da arrecadação de ICMS (+42,7%). A ênfase é dada no aumento de +152,7% da extração de petróleo e gás natural no acumulado do ano.

Tabela 7

RECEITA TRIBUTÁRIA

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2009/ MAI-JUN 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	RECEITA TRIBUTÁRIA	3.654,56		4.602,95	26,0%	
ICMS	2.821,36	3.518,16	24,7%	8.982,43	10.705,17	19,2%
Adicional do ICMS	315,32	368,88	17,0%	988,00	1.119,44	13,3%
IRRF	131,07	293,49	123,9%	520,00	634,18	22,0%
IPVA	162,40	152,47	-6,1%	1.215,24	1.156,62	-4,8%
ITD e ITBI	48,38	75,24	55,5%	123,25	232,68	88,8%
Taxas	176,03	194,70	10,6%	683,15	776,84	13,7%

Tabela 7.A

EVOLUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DE ARRECAÇÃO DE ICMS
ESTADO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL 2009/2010

Discriminação	part %		Contribuição para crescimento
	2009	2010	
Petróleo, combustíveis e gás natural	13,3%	15,7%	42,7%
Energia elétrica	15,4%	15,0%	12,4%
Telecomunicações	17,9%	15,0%	5,9%
Mercados, lojas e magazines	5,2%	6,1%	5,4%
Bebidas	5,4%	5,4%	0,4%
Alimentação	4,2%	4,6%	1,5%
Metallurgia e siderurgia	4,5%	4,5%	9,6%
Veículos automotores	3,5%	3,8%	6,5%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	4,0%	3,6%	0,0%
Têxtil e vestuário	2,9%	3,5%	4,1%
Química e petroquímica	4,3%	3,3%	-2,7%
Madeira, papel e fumo	3,3%	2,8%	0,1%
Construção civil	2,8%	2,8%	3,0%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	3,2%	2,6%	-0,2%
Transportes gerais e armazenagem	2,6%	2,6%	-0,3%
Eletroeletrônicos	1,2%	1,8%	2,8%
Comunicação e informação	1,2%	1,3%	1,4%
Outras atividades econômicas	1,1%	1,1%	0,5%
Máquinas e equipamentos em geral	1,2%	1,1%	0,2%
Borracha e plástico	0,8%	0,9%	1,4%
Móveis e utensílios	0,5%	0,8%	1,4%
Médico-hospitalar e odontologia	0,7%	0,8%	1,2%
Informática e óptico	0,6%	0,7%	1,0%
Editorial, gráfica e publicidade	0,3%	0,5%	1,7%
Total das atividades	100,0%	100,0%	100,0%



Pode-se perceber que a grande maioria dos setores teve aumento na arrecadação no bimestre e contribuiu positivamente para a elevação do ICMS total. Apenas os setores de perfumaria, transportes e indústria química tiveram arrecadação inferior em relação ao mesmo bimestre de 2009.

Quanto ao acumulado do primeiro semestre o destaque é dado ao setor de mercados, lojas e magazines, que teve crescimento de 39,7% em relação ao 1º semestre do ano passado; de metalurgia e siderurgia, com aumento de 60,1%; e de veículos automotores, que sofreu aumento de 47,8% entre os anos (tabela 8).

No setor de Mercados, grande parte do crescimento representa o trabalho nas operações de fiscalização no setor, bem como o sucesso do sistema ECF (Emissor de Cupom Fiscal), base para a implantação do concurso Cupom Mania. É importante destacar que a seção de 'Lojas de departamentos' e 'Supermercados', que têm representação expressiva dentro do setor de Mercados, Lojas e Magazines (47% e 34% respectivamente) tiveram aumentos relevantes no semestre: 52,8% e 39% nesta ordem.

Sobre o setor de Veículos Automotores, o destaque é dado ao aumento da Fabricação de Automóveis, Caminhonetas e Utilitários (+29,2%), da Fabricação de Caminhões e ônibus (+299,7%) e do Comércio no atacado de veículos (+13,6%, contrapartida ao crescimento da fabricação).

Já no setor de Metalurgia e Siderurgia, é relevante o crescimento da Produção de Laminados (+130%) nos seis primeiros meses do

Tabela 8

ARRECAÇÃO DE ICMS POR ATIVIDADE ECONÔMICA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - BIMESTRAL E ACUMULADO 2009/2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		VAR % 09/10	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		VAR % 09/10
	2009	2010		2009	2010	
Petróleo, combustíveis e gás natural	416,1	736,5	77,0%	1.393,4	1.855,9	33,2%
Telecomunicações	560,2	604,4	7,9%	1.653,9	1.771,0	7,1%
Energia elétrica	483,7	576,7	19,2%	1.563,2	1.777,1	13,7%
Metalurgia e siderurgia	139,6	212,0	51,8%	333,4	533,7	60,1%
Mercados, lojas e magazines	164,4	204,9	24,6%	515,1	719,5	39,7%
Bebidas	168,3	171,0	1,6%	543,2	633,1	16,5%
Veículos automotores	108,6	157,5	45,1%	305,4	451,4	47,8%
Alimentação	132,3	143,4	8,4%	402,9	539,8	34%
Produtos farmacêuticos e farmoquímicos	124,8	125,1	0,3%	381,6	427,0	11,3%
Têxtil e vestuário	89,9	120,5	34,0%	306,3	417,0	36,1%
Química e petroquímica	134,5	114,1	-15,1%	374,8	388,2	3,6%
Construção civil	89,0	111,8	25,7%	286,3	327,3	14,3%
Madeira, papel e fumo	102,1	102,9	0,8%	279,5	329,7	18,0%
Perfumaria, cosméticos e higiene pessoal	101,9	100,4	-1,5%	281,8	310,6	10,2%
Transportes gerais e armazenagem	82,4	79,9	-3,1%	298,3	305,3	2,3%
Eletroeletrônicos	38,7	60,0	54,8%	116,4	212,9	82,9%
Comunicação e informação	37,0	47,3	27,8%	104,9	151,8	44,7%
Máquinas e equipamentos em geral	36,4	38,3	5,1%	110,0	124,4	13,0%
Outras atividades econômicas	33,7	37,3	10,6%	419,7	125,3	-70,1%
Borracha e plástico	24,0	34,2	42,2%	96,2	107,1	11,4%
Médico-hospitalar e odontologia	23,2	32,3	38,9%	70,7	90,7	28,3%
Móveis e utensílios	17,2	27,6	60,5%	53,3	90,8	70,4%
Informática e óptico	18,7	25,9	38,8%	50,7	77,7	53,1%
Editorial, gráfica e publicidade	10,0	23,0	130,8%	29,5	57,4	94,8%
Total das atividades econômicas	3.136,7	3.887,0	100,0%	9.970,4	11.824,6	100,0%



ano, que representa 33,2% do total arrecadado no setor.

Esses resultados são consequência do aquecimento da indústria na economia fluminense. Apesar da crise financeira não ter atingido tão intensamente o Estado por este ter suas atividades concentradas no setor de serviços, a indústria está se recuperando e impulsionando o crescimento dos demais setores



BOX 1 – Panorama Econômico ERJ

A produção da indústria de transformação fluminense subiu em maio (+9,9%) e caiu em junho (-1,9%), seguindo a tendência nacional (+5% e -2,1% respectivamente). Comparando com igual período do ano anterior, tanto a produção brasileira quanto a fluminense acumularam alta da ordem de 13% no bimestre. O mesmo padrão é verificado na indústria extrativa brasileira, com subida no mês de maio, queda no mês de junho e alta no bimestre, porém, no Estado do Rio verifica-se queda no bimestre de 4,5% em comparação com o ano anterior.

As vendas do comércio varejista refletem o típico comportamento sazonal do mês de maio referente a datas comemorativas específicas. Dessa forma, observa-se a alta no mês, em relação a abril, de 6,1% no Brasil e 7,4% no Rio de Janeiro. No mês de junho, observa-se a desaceleração do setor, com queda de 4,1% no Brasil e 2,9% no Rio de Janeiro, ambos em relação ao mês de maio. Ao comparar com os mesmos meses do ano anterior e, assim, se descontar qualquer efeito sazonal, as vendas no varejo cresceram demonstrando o aquecimento da economia no terceiro bimestre desse ano. Tanto o país quanto o Estado apresentaram crescimento médio de 14% no bimestre em relação ao mesmo bimestre do ano anterior. No Rio de Janeiro, outro indício de aceleração pode ser visto na variação dos preços, que foi de 5,3% no Brasil e 5,6% no Estado do Rio, percentuais acima do centro da meta de inflação seguida pelo Banco Central. No mês de junho, observa-se uma leve desaceleração nos índices de preço.

A população economicamente ativa (PEA) no Rio de Janeiro cresceu 0,9% em maio e caiu 0,5% em junho, resultados semelhantes aos do país. Comparando com o ano passado, a PEA fluminense e a brasileira cresceram igualmente, e em média, 2,5% no bimestre. A taxa de desemprego da região metropolitana do Rio e do Brasil continuam em trajetória decrescente. A taxa média do terceiro bimestre passou de 6,5% em 2009 para 6,1% em 2010 (caiu 6%) no Rio de Janeiro e de 8,5% para 7,3% no Brasil (caiu 14%). A queda da taxa de desemprego foi acompanhada pelo aumento do emprego formal, com aumento médio no terceiro bimestre desse ano, comparado ao ano anterior, de 6,7% e 6,8%, no Brasil e Rio de Janeiro, respectivamente.



PANORAMA DA ECONOMIA FLUMINENSE					
PRODUÇÃO E VENDAS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		mai/10	jun/10	mai/10	jun/10
Produção na Indústria Extrativa (1)	BR	4,0%	-2,1%	15,7%	8,5%
	ERJ	1,4%	-5,8%	-3,2%	-3,9%
Produção na Indústria de Transformação (1)	BR	5,0%	-2,1%	14,7%	11,3%
	ERJ	9,9%	-1,9%	13,8%	12,3%
Vendas no Varejo (2)	BR	6,1%	-4,1%	14,2%	14,0%
	ERJ	7,4%	-2,9%	13,5%	13,8%
ÍNDICE DE PREÇOS		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		mai/10	jun/10	mai/10	jun/10
Índice de Preços ao Consumidor (3)	BR	0,2%	-0,2%	5,3%	4,9%
	ERJ	0,3%	-0,1%	5,6%	5,2%
OCUPAÇÃO E RENDA		Variação mensal (%)		Variação em 12 meses (%)	
		mai/10	jun/10	mai/10	jun/10
Pessoas Economicamente Ativas (4)	BR	0,5%	-0,5%	2,7%	2,2%
	ERJ	0,9%	-0,5%	3,3%	1,7%
Rendimento Médio Real do Trabalho (5) (9)	BR	0,2%	-	3,1%	-
	ERJ	-0,4%	-	6,9%	-
Empregado sem carteira (6)	BR	0,7%	0,5%	-0,6%	-0,3%
	ERJ	2,3%	5,3%	0,3%	4,8%
Empregado com carteira (7)	BR	0,3%	-0,2%	7,0%	6,3%
	ERJ	0,0%	-0,6%	8,4%	5,2%
DESEMPREGO		mai/10	jun/10	mai/09	jun/09
Taxa de Desocupação (8)	BR	7,5	7,0	8,8	8,1
	ERJ	6,3	5,8	6,6	6,3

Fonte: Elaboração própria da Sefaz-SSEE a partir de séries de dados do IBGE e FGV.

(1) Produção física industrial, sem ajuste sazonal, PIM-PF Brasil (BR) e Regional (RJ) - IBGE. (2) Receita nominal de vendas no comércio varejista, sem ajuste sazonal, PMC - IBGE. (3) Índice de Preços ao Consumidor, FGV (RJ e BR). (4) População economicamente ativa, PME-IBGE. (5) Rendimento médio real efetivamente recebido do trabalho principal, a preços de junho de 2010, PME-IBGE. Para o Rio de Janeiro, índice inflacionado pelo INPC da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, e para o Brasil, inflacionado pela média ponderada do INPC das seis Regiões Metropolitanas. (6) População ocupada sem carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (7) População ocupada com carteira de trabalho assinada, PME-IBGE. (8) Taxa de desocupação, PME-IBGE. (9) Os traços se referem a dados ainda não disponibilizados pelo IBGE. Observações: As informações coletadas pela PME se referem às regiões metropolitanas.

O IPVA sofreu redução de 6,1% no 3º bimestre, além do decréscimo de 4,8% no acumulado de janeiro a junho, ambos se comparados aos mesmos períodos de 2009. Estes resultados são resposta à redução no preço médio dos automóveis da Tabela FIPE de 2010 frente a de 2009, e da redução da alíquota para os carros bicomustíveis (*Flex*) de 4% para 3% (Lei 5653 de 06/01/2010).

Por sua vez, o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações – ITD –, no acumulado dos seis primeiros meses do ano, apresentou



elevação de 88,8% (+R\$109,43 milhões) em comparação ao mesmo período de 2009. No bimestre, o aumento foi menos marcante, 55,5% (+R\$ 26,86 milhões). O aumento anual é reflexo dos esforços de cruzamento de informações sobre doações, principalmente em dinheiro, declaradas no Imposto de Renda de Pessoa Física, realizada no primeiro bimestre de 2010, mediante convênio com a Receita Federal do Brasil. O prazo para a quitação com a Fazenda Estadual terminou em 30 de Abril, contribuindo para a elevação da arrecadação neste ano.

As receitas de Taxas tiveram crescimento de 10,6% em relação ao terceiro bimestre de 2009 (+R\$18,67 milhões). Na comparação entre os seis primeiros meses de 2010 com 2009, o crescimento foi de 13,7% (+R\$93,69 milhões). Desse montante, as prestações de serviços foram responsáveis pelo incremento, sendo 58% deste valor para emolumentos e custas judiciais e extrajudiciais e 32% (+R\$ 47,07 milhões) com taxa de serviços de trânsito do DETRAN.



III.1.2 Receita Patrimonial e Royalties

As Receitas Patrimoniais obtiveram no 3º bimestre de 2010 aumento de 89,8% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa um incremento de R\$893,78 milhões. Este crescimento foi impulsionado principalmente pelo aumento de 127,7% (R\$664,66 milhões) das receitas de participação especial na produção de petróleo e gás, que montaram a um total de R\$1.184,95 milhões neste bimestre, bem como um aumento de cerca de R\$101 milhões nos royalties (+39,4%), se comparado ao mesmo período de 2009. No acumulado, as participações especiais atingiram aumento de R\$ 1,33 bilhão (108,5%).

Cabe ressaltar que no bimestre em questão houve recebimento extraordinário das últimas parcelas referentes às participações governamentais sobre a produção passada do Campo Marlim (R\$ 216,32 milhões). Expurgado esse efeito, a variação positiva da Participação Especial – PE - ainda soma R\$448,34 milhões (86,2% de aumento).

É preciso notar que, em 2009, vários campos com grande volume de produção (portanto, classificados como “pagadores de participações especiais”) sofreram queda na produção. Por este motivo, o Estado do Rio de Janeiro recebeu recursos de PE bastante reduzidos no ano passado. Em 2010, a produção dos grandes campos retornou aos patamares normais, embora no geral, a produção esteja 2% menor que em 2009.

Adicionalmente, em virtude da crise financeira internacional, o preço do barril de petróleo se manteve em patamares muito baixos, implicando redução do lucro líquido dos campos sobre os quais incidem as alíquotas da PE, levando a

Tabela 9

RECEITA PATRIMONIAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2009/ MAI-JUN 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	R\$ milhões					
RECEITA PATRIMONIAL	995,50	1.889,28	89,8%	3.097,32	4.770,14	54,0%
Petróleo	778,09	1.544,23	98,5%	1.938,58	3.596,91	85,5%
Royalties	257,51	358,86	39,4%	709,37	1.034,93	45,9%
Part. Especial	520,29	1.184,95	127,7%	1.228,39	2.560,77	108,5%
FEP	0,29	0,43	46,4%	0,81	1,21	48,9%
CFT's	124,59	217,21	74,3%	850,50	878,82	3,3%
Aplic. Financeiras	83,61	95,12	13,8%	277,76	231,36	-16,7%
Demais Rec. Patrimoniais	9,20	32,72	255,5%	30,48	63,05	106,8%

Tabela 9.A

Discriminação	Mar- Abr 2009	Mar- Abr 2010	Var. %
Produção (milhões de bbl)	100,81	98,83	-2,0%
Brent (US\$/bbl)	48,87	81,79	67,4%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,26	1,77	-21,6%



receitas menores no ano passado se comparado a 2010. A variação do preço do óleo em 67,4% amenizou a valorização da moeda nacional em 21,6% e garantiu maiores receitas de PE.

No acumulado no ano, expurgando as receitas do acordo de Marlim (R\$ 640,8 milhões), a variação nos ganhos de PE foi de 90,9% (+R\$1,12 bilhão).

Especificamente com relação aos royalties, cujo crescimento de R\$101,35 milhões no bimestre (+39,4%), houve incremento de R\$ 325,56 milhões nas receitas acumuladas do ano. Entre março e abril, cuja arrecadação se dá nos dois meses posteriores, o salto observado derivou, portanto, do significativo aumento no preço médio do barril de petróleo (Tabela 9.A).

Em resumo: o aumento de 67,4% no preço do barril de petróleo em dólar compensou a valorização cambial de 21,6% e a redução de 2,0% da produção, gerando a elevação da receita proveniente das participações governamentais por meio da produção de petróleo.

O resgate dos CFTs¹³ no terceiro bimestre deste ano superou em 74,3% comparado com 2009 (+R\$92,62 milhões). Isto porque no ano passado houve uma concentração dos resgates dos títulos nos quatro primeiros meses. Como consequência, valores menores foram recebidos nos demais meses. Já em 2010, vem ocorrendo distribuição dos resgates mais uniforme, com uma menor concentração ao longo do ano.

¹³ *Certificados Financeiros do Tesouro. Cabe lembrar que a receita advinda do resgate desses títulos é resultado da permuta de haveres financeiros com o Tesouro Nacional. Pela troca, o Estado recebeu CFTs, cedendo ativos associados às receitas estaduais da produção de petróleo e gás à União até 2014. Os CFTs não se constituem, portanto, fonte de receita adicional efetiva para o Estado, visto que é um ativo comprado e pelo qual o Estado paga indenizações à União.*



Entre maio e junho a receita de Aplicações Financeiras teve acréscimo de R\$11,51 milhões em relação ao ano passado, decorrente da variação positiva da SELIC acima de 2009. No entanto, no acumulado até junho houve redução de R\$ 46,40 milhões. Apesar de queda gradual da taxa SELIC ao longo de 2009, o índice acumulado daquele ano estava em patamar superior ao acumulado até junho de 2010.

III.1.3 Receita de Transferências

As receitas de transferências somaram R\$ 2.503,77 milhões (+5,0%) no acumulado no ano e R\$ 879,63 milhões entre maio e junho (+R\$90,92 milhões). No entanto, houve queda de 12,5% frente a 2009 da receita do SUS (-R\$17,27 milhões) e de 54,3% das Demais Transferências da União (-R\$38,02 milhões), embora compensadas pela variação positiva da receita do FUNDEB (+R\$110,57 milhões) (Tabela 10).

As receitas bimestrais de FPE foram 9,1% superiores em 2010 (e 4,2% no acumulado do ano). Não obstante, houve crescimento de R\$ 17,06 milhões (+23,5%) nas receitas do IPI-exportação do Estado no bimestre (+22,9% no semestre). Ambos os desempenhos decorrem de aumento da arrecadação base da União para aquelas transferências em relação a 2009.

Cabe lembrar que a base de 2009 havia sido reduzida devido à política fiscal expansionista da União, com a redução nas alíquotas do IPI de produtos de setores mais dinâmicos da economia, com a finalidade de auxiliar a economia nacional no enfrentamento da crise econômica internacional.

A contínua queda das receitas do SUS (-R\$ 17,27 milhões; -12,5%) no terceiro bimestre

Tabela 10

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2009/ MAI-JUN 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	788,71	879,63	11,5%	2.384,97	2.503,77	5,0%
Transf da União	463,15	440,46	-4,9%	1.310,34	1.251,05	-4,5%
FPE	126,64	138,14	9,1%	355,99	371,10	4,2%
IPI exp	72,52	89,58	23,5%	211,15	259,52	22,9%
IOF	0,01	0,01	-43,6%	0,04	0,01	-68,7%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	15,54	46,21	197,4%
SUS	138,05	120,78	-12,5%	461,61	325,64	-29,5%
Salário Educação	41,62	45,67	9,7%	142,14	152,88	7,6%
Lei Kandir	14,30	14,30	0,0%	42,89	42,89	0,0%
Demais Transf. da União	70,01	31,99	-54,3%	80,98	52,80	-34,8%
FUNDEB	293,97	404,54	37,6%	975,59	1.131,52	16,0%
Convênios	31,33	33,94	8,3%	96,81	120,17	24,1%
Outras Transf. Corr.	0,25	0,69	171,5%	2,24	1,04	-53,6%

As transferências do SUS transitando no orçamento estadual tiveram redução de R\$ 17,27 milhões, enquanto as Demais Transferências da União reduziram em R\$38,02 milhões.



ainda se deve à adoção da Gestão Plena de recursos do SUS¹⁴ repassados aos municípios. A expectativa é de que as receitas de transferências do SUS continuem sendo menores ao longo de 2010 quando comparadas a 2009.

A queda no bimestre nas Demais Transferências da União (-54,3%) se deve à ausência até junho de recebimento de valor de compensação financeira pelo esforço exportador. O valor recebido em maio de 2010, de R\$ 12,2 milhões, é referente ao valor transferido pela União ao Estado do Rio de Janeiro em abril em razão das tragédias causadas pelas chuvas no início deste ano.

O esforço de arrecadação estadual ainda está compensando a redução do coeficiente de retorno do FUNDEB¹⁵ ao Estado em 2,96% entre 2009 e 2010. O aumento das receitas do Fundo que regressaram ao Estado tiveram incremento de R\$ 110,57 milhões (+37,6%) no bimestre, o que permitiu compensar a queda nos valores arrecadados com transferências do SUS e Demais Transferências da União.

Apesar de pouca importância absoluta dentre as receitas de transferências, os convênios tiveram incremento de R\$ 23,36 milhões no acumulado do ano (+24,1%), que está relacionado ao acréscimo de recursos de convênio com a União para atender a programas de assistência social. No bimestre, o acréscimo de R\$ 2,60 milhões

Apesar da redução do coeficiente de retorno do FUNDEB, estas transferências tiveram incremento de 16% no acumulado do ano.

¹⁴ Ver III.1.3 da edição do 2º bimestre.

¹⁵ O coeficiente de retorno do FUNDEB para o Estado foi alterado de 0,407735100720 em 2009 para 0,395999089041 em 2010 (-2,96%) devido ao maior peso dado aos alunos até a 4ª série; apesar do grande número de alunos no ensino fundamental em escolas estaduais, essa mudança favoreceu os municípios. Dados disponíveis no site: www.fnnde.gov.br



(8,3%) decorreu de convênios de diversas naturezas.

III.1.4 Demais Receitas Correntes

As “Demais Receitas Correntes” apresentaram acréscimo expressivo tanto no bimestre, de R\$ 711,52 milhões (+208,6%), quanto no acumulado do ano, de R\$ 615,44 milhões (+47,6%) em relação a 2009. A principal razão é o aumento nas receitas da Dívida Ativa do Estado, Multas e Juros de Mora.

Houve um incremento substancial na “Dívida Ativa” em R\$352,41 milhões (+2.236,3%) entre maio e junho de 2010. No acumulado do ano, tal receita encontra-se R\$131,71 milhões acima do observado em 2009. A explicação está no pagamento da parcela da dívida referente ao ICMS, reflexo ainda do reforço na cobrança dos créditos tributários realizada pela subsecretaria de receita associado a aprovação do REFIS estadual. Aliado a isto, houve pagamento extraordinário de algumas empresas.

O acréscimo na arrecadação das Multas e Juros de Mora em R\$ 262,16 milhões (+487,1%) acompanha o da Dívida Ativa, relacionadas ao ICMS. A extensão do prazo para término do REFIS¹⁶, de 30 de abril para 31 de maio (anunciada somente nos últimos dias de abril), permitiu que houvesse acréscimo substancial desta receita ainda no mês de maio. Adicionalmente ao pagamento da dívida ativa do ICMS mencionado anteriormente, houve também o pagamento de multas e juros de mora.

As receitas de “Indenizações e Restituições” aumentaram em R\$ 23,73 milhões (+169,0%),

Tabela 11

DEMAIS RECEITAS CORRENTES

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2009/ MAI-JUN 2010

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	341,11	1.052,63	208,6%	1.292,79	1.908,23	47,6%
Receita de Contribuições	133,32	151,76	13,83%	418,09	468,87	12,1%
Receita Agropecuária	0,01	0,06	901,9%	0,02	0,07	230,3%
Receita Industrial	2,57	0,01	-99,5%	2,93	2,51	-14,4%
Receita de Serviços	53,34	51,42	-3,6%	152,65	142,12	-6,9%
Multas e Juros de Mora	53,82	315,98	487,1%	141,49	461,13	225,9%
Indenizações e Restituições	14,04	37,77	169,0%	35,86	82,62	130,4%
Dívida Ativa	15,76	368,16	2236,3%	337,68	469,39	39,0%
Receitas Diversas	68,27	127,46	86,7%	204,07	281,52	38,0%

¹⁶ A aprovação do REFIS estadual permitiu o pagamento a vista ou parcelado de débitos tributários constituídos ou não, com fato gerador anterior a dezembro de 2008, ou sua compensação com precatórios.

principalmente em razão das compensações financeiras entre o regime de previdência geral e o regime próprio dos servidores do Estado decorrentes da transição de servidores entre regimes, conforme autorização da Constituição Federal de 1988.

O acréscimo nas receitas diversas de R\$ 59,19 milhões (+86,7%) basicamente decorre da Receita do Centro de Estudos Jurídicos (PGE).

A receita agropecuária teve aumento percentual de 901,6%, no entanto o valor absoluto é pouco significativo. A razão para o incremento é a realização de receita de assistência técnica fornecida pela EMATER atípica, de R\$41,6 mil reais contabilizados somente no mês de junho.

III.2 Receitas de Capital

As "Receitas de Capital" variaram mais de R\$ 1,0 bilhão (708,3%) no bimestre em relação a 2009 e no acumulado do ano R\$ 1,09 bilhão (478,3%). Este expressivo aumento está diretamente relacionado ao incremento nas receitas de operações de crédito externas e receitas de transferências de capital.

O acréscimo bimestral nas operações de crédito foi de R\$ 885,63 milhões (4.471,2%), dos quais R\$ 879 milhões são referentes a um empréstimo obtido junto ao Banco Mundial. Estes recursos foram contraídos através do Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do Estado do Rio de Janeiro – PRODESF do referido Banco.

Entre maio e junho, as transferências de capital variaram positivamente 93,7% (+R\$107,18 milhões) em razão de transferências da União para obras do PAC, principalmente a

Tabela 12

RECEITA DE CAPITAL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO - MAI-JUN 2009/ MAI-JUN 2010

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)		var %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		var %
	2009	2010		2009	2010	
	R\$ milhões					
RECEITAS DE CAPITAL	142,51	1.151,90	708,3%	228,27	1.320,06	478,3%
Operações de Crédito	19,81	905,43	4.471,2%	53,94	961,42	1.682,5%
Alienação de Bens	-0,01	0,80	0,0%	0,44	0,80	82,3%
Amortiz. de Empréstimos	8,28	24,12	191,3%	50,99	78,15	53,3%
Transf. de Capital	114,37	221,55	93,7%	122,84	279,69	127,7%
Outras Rec. de Capital	0,06	0,00	0,0%	0,06	0,00	-100,0%

O desempenho das receitas de capital (+R\$ 1.009,39 milhões) está relacionado ao aumento dos desembolsos das operações de crédito e de transferências de capital.



urbanização do Complexo do Alemão. Além do PAC, estão as transferências que ainda buscam atender às despesas de obras emergenciais no município de Angra dos Reis em decorrência das fortes chuvas.

O fato das amortizações de empréstimos (+191,3%) no bimestre terem alcançado R\$ 15,84 milhões está associado ao retorno do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES. No acumulado do ano, houve aumento de R\$ 27,16 milhões em relação a 2009.

IV. Despesa do Estado do Rio de Janeiro

O orçamento aprovado pela Lei nº 5.634 de 4 de janeiro de 2010 fixou a despesa total do Estado, incluídas as transferências para os municípios, em R\$45,54 bilhões. Atualmente a dotação orçamentária já atinge R\$48,89 bilhões, com acréscimo de R\$3,34 bilhões (Tabela 13), distribuídos entre recursos do Tesouro e de Outras Fontes.

As dotações financiadas com recursos do Tesouro aumentaram R\$2,12 bilhões, provenientes de excesso de arrecadação em virtude do bom desempenho da receita. Desse valor R\$682,83 milhões são oriundos de royalties, parte decorrente do acerto de Marlim de anos pretéritos.

Em outras fontes, o orçamento aumentou R\$1,23 bilhão, grande parte recursos vinculados a convênios (R\$535,51 milhões) e diretamente arrecadados (R\$489,21 milhões), incorporados ao orçamento por excesso de arrecadação ou superávit financeiro apurado em balanço de 2009, com destaque para os Fundos do TJ, MP, PGE e DPGE cujo aumento foi de R\$275,73 milhões. Segue-se o DETRAN com aumento de R\$120,69 milhões, estimativa do excesso de arrecadação do exercício.

Para despesas financiadas com operações de crédito foram incorporados ao orçamento R\$140,27 milhões destinadas à Via Light (R\$51,82 milhões), à Patrulha Mecanizada (R\$19,97 milhões) e cerca de R\$66 milhões para o Hospital da Baixada.

Em relação à dotação inicial o aumento é de 7,3%.

A liberação orçamentária para efeito de empenho totalizou nesse primeiro semestre R\$38,86 milhões, referente as cotas dos dois primeiros

Tabela 13

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL JAN-JUN 2009 / JAN-JUN 2010					
R\$ milhões					
ANO	DOT. ATUAL	CONTING.	DISP.	LIQ. JAN-JUN	% LIQ. / DISP.
2009	42.204	1.111	41.094	19.197	46,72%
2010	48.891		48.891	22.443	45,90%

* Desconsideradas as despesas intra-orçamentárias.
** Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 21/07/2010

Tabela 14

UTILIZAÇÃO DA COTA ORÇAMENTÁRIA PODER EXECUTIVO Janeiro-Junho 2010*					
R\$ Mil					
Dot. Anual - Poder Executivo	Cota Orçam. Liberada até 2º Quad **	Cota Emp. (Jan-Jun)	% Emp. / Cota	Cota Liq. (Jan-Jun)	% Liq. / Cota
46.325.079	38.861.573	24.460.762	62,9%	21.337.413	54,9%

* Inclui despesas intra-orçamentárias / Exclui CEDAE e IO
** Valores publicados na Res. SEPLAG nº 316 de 30 de junho de 2010

Tabela 15

DESPESA POR PODERES - ERJ JAN-JUN 2009 / JAN-JUN 2010			
R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	Δ %
PODER EXECUTIVO*	17.545	20.630	17,59%
OUTROS PODERES	1.653	1.813	9,67%
ALERJ	236	237	0,36%
TCE	160	161	0,18%
TJ	978	1.088	11,32%
MP	279	327	17,23%
SUBTOTAL	19.197	22.443	16,90%
DESP. INTRA- ORÇAMENTÁRIA	728	893	22,54%
TOTAL GERAL	19.926	23.335	17,11%

Posição SIG/SIAFEM:
* Exclui Imprensa Oficial e CEDAE



quadrimestres do ano. Embora liberados 83,9% do orçamento, o percentual de utilização do orçamento anual no período é de apenas 54,9%.

A despesa do Executivo cresceu 17,6% no primeiro semestre de 2010 em comparação a período equivalente em 2009 (Tabela 15). No âmbito do Legislativo, as despesas da ALERJ e do TCE mantêm níveis idênticos ao de 2009. Houve aumento considerável de despesa no TJ e no MP que despenderam, respectivamente, R\$1,08 bilhão e R\$327 milhões, ambos concentrados em gastos de pessoal, por conta do aumento autorizado no segundo semestre de 2009.

IV.1 Despesa por Fonte de Recurso

Os recursos do Tesouro Estadual financiaram 73,8% (R\$16,56 bilhões) da despesa do período jan/jun, contra 26,2% (R\$5,87 bilhões) de Outras Fontes.

No âmbito das despesas financiadas por fontes próprias, o crescimento esteve concentrado no RIOPREVIDENCIA, (68,3%), cujas despesas relacionadas ao pagamento de inativos e pensionistas são feitas com as receitas de royalties e participações especiais que lhe cabem, conforme legislação vigente.

A aparente redução nos gastos vinculados a recursos de convênios (FRs 12 e 13) não reflete a realidade, pois no orçamento de 2010, essas fontes de recursos foram desmembradas para dar maior visibilidade à origem e aplicação dos recursos. Assim, para comparar o gasto com o de 2009, devem ser somados, também, os valores aplicados nas FRs 14, 16, 18 e 19, o que totalizará R\$363,91 milhões (+68,5%).

As despesas financiadas com operações de crédito no período apresentam considerável

Tabela 16

DESPESAS POR FONTE DE RECURSO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2009 / JAN-JUN 2010			
R\$ MILHÕES			
DISCRIMINAÇÃO	2009	2010	VAR %
RECURSOS DO TESOURO	13.851	16.567	19,6%
00 - ORDINÁRIOS PROV. DE IMPOSTOS	10.220	11.754	15,0%
01 - ORDINÁRIOS NÃO PROV. DE IMPOSTOS	955	536	-43,9%
04 - INDEN.PELA EXTRAÇÃO DO PETRÓLEO	1.655	2.214	33,7%
05 - SALÁRIO EDUCAÇÃO	81	165	103,8%
06 - FUNDO DE PART. DOS ESTADOS	194	279	43,7%
07 - DEMAIS TRANSF. DA UNIÃO PROV. DE IMPOSTOS		164	
11 - OP. DE CRÉDITO ATRAVÉS DO TESOURO	44	461	942,8%
20 - RESSARCIMENTO DE PESSOAL - ÁREA DE SEGURANÇA		3	
22 - ADICIONAL DO ICMS - FECF	683	942	38,0%
26 - CONT. DE INTERV. DOMÍNIO ECON. - CID	19	34	81,1%
90 - FUNDO DEPÓSITOS JUDICIAIS (LEI 11.429/06)			
95 - RETORNO DE EMPR. PROGRAMA FOMENTO AGROPECUÁRIO E TECNOLÓGICO		17	
RECURSOS DE OUTRAS FONTES	5.346	5.876	9,9%
10 - ARREC. PRÓPRIA - ADM. INDIRETA	4.075	4.394	7,8%
12 - CONVÊNIO - ADM. DIRETA	130	87	-33,1%
13 - CONVÊNIO - ADM. INDIRETA	86	38	-56,1%
14 - CONVÊNIO PAC - ADM. DIRETA		128	
15 - FUNDEB	754	799	6,0%
16 - CONVÊNIO PAC		31	
18 - CONVÊNIO INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. DIRETA		65	
19 - CONVÊNIO INTRAORÇAMENTÁRIOS - ADM. INDIRETA		15	
25 - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	226	234	3,4%
97 - CONSERVAÇÃO AMBIENTAL			
98 - OUTRAS RECEITAS DA ADM INDIRETA	2	4	58,8%
99 - OUTRAS RECEITAS DA ADM DIRETA	73	81	10,9%
TOTAL GERAL	19.197	22.443	16,9%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE
Posição SIG/SIAFEM: 21/07/2010



incremento (+R\$417,05 milhões), são recursos de financiamento do Banco Mundial que ao pagar despesas alocadas em Encargos Gerais do Estado, liberam recursos do Tesouro para aplicação em investimentos e outros programas estratégicos do Governo.

O crescimento da despesa financiada com salário-educação é compatível com receita transferida no período.

IV. 2 Despesa por grupo

A despesa total do 1º semestre de 2010, quando comparada a igual período do ano anterior cresceu 16,9% (+R\$3,24 bilhões).

O grupo de pessoal cresceu 11,7% (+R\$975,32 milhões). Isoladamente, o Poder Executivo aumentou 13,3% em decorrência dos diversos benefícios, concedidos principalmente a partir do segundo semestre de 2009:

- 5% de reajuste salarial para as áreas de Educação e Segurança;
- Plano de Cargos e Salários para os docentes de 40h de Educação;
- Incorporação da gratificação do Programa Nova Escola ao salário dos profissionais da área de Educação com reflexo na base de cálculo do adicional por tempo de serviço (triênios), extensiva aos inativos da mesma área;
- Plano de Cargos e Salários para os servidores do RIOPREVIDÊNCIA;
- Atualização de valores de pensões pagas pelo RIOPREVIDÊNCIA;
- Diversas gratificações de incentivos a resultados na área de Segurança beneficiando policiais

Tabela 17

DESPESAS POR GRUPO*			
ESTADO DO RIO DE JANEIRO - JAN-JUN 2009 / JAN-JUN 2010			
DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL		VAR %
	2009 JAN-JUN	2010 JAN-JUN	
1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.279.151	9.254.454	11,78%
1.1 - EXECUTIVO	3.284.150	3.723.653	13,38%
1.2 - ALERJ	187.304	203.340	8,56%
1.3 - TCE	148.433	150.549	1,43%
1.4 - TJ	769.957	835.255	8,48%
1.5 - MP	217.919	261.698	20,09%
1.6 - INATIVOS E PENS.	3.382.131	3.779.434	11,75%
1.7 - PREVI-BANERJ	283.257	276.753	-2,30%
1.8 - REFER	6.000	23.772	296,21%
2 - JUROS ENC. E AMORT. DA DÍVIDA	1.770.803	1.656.372	-6,46%
3 - DESPESAS DE CUSTEIO**	8.641.131	9.853.323	14,03%
3.1.1 - EXECUTIVO	2.129.672	2.437.603	14,46%
3.1.2 - ALERJ	48.474	33.369	-31,16%
3.1.3 - TCE	11.816	9.959	-15,72%
3.1.4 - TJ	189.398	211.932	11,90%
3.1.5 - MP	48.678	58.377	19,93%
3.1 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.213.092	7.102.083	14,31%
3.2.1 - ENC. COM A UNIÃO / INDEN. DE ROYALTIES (EGE)	1.467.609	1.489.822	1,51%
3.2.2 - TRANSFERÊNCIAS AO FUNDEB	1.652.659	2.005.729	21,36%
3.2.3 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	3.092.823	3.606.532	16,61%
4 - INVESTIMENTOS	478.866	1.646.192	243,77%
4.1 - EXECUTIVO	449.294	1.601.348	256,41%
4.2 - ALERJ	121	51	-57,95%
4.3 - TCE	234	267	14,24%
4.4 - TJ	18.380	41.199	124,15%
4.5 - MP	10.837	3.326	-69,31%
5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	27.447	32.245	17,48%
TOTAL GERAL	19.197.399	22.442.586	16,90%

*Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

** Exclui desp. com inativos e pens., previ-banerj e REFER consideradas no grupo de desp. correntes
Fonte: SIG / Posição de 21/07/2010

O aumento de 13,3% nas despesas com pagamento de pessoal do Poder Executivo ainda não reflete o reajuste salarial concedido a 348 mil servidores a partir de Julho.



lotados no BOPE, no CORE, nas UPPs e nos Grupamentos Aeromarítimos, além de gratificações concedidas a policiais participantes de Programas estratégicos (Programa Educacional de Resistência às Drogas - PROERD; Delegacia Legal e Programa de Capacitação em Operações Militares Estratégica, Temporária e Polícia de Proximidade – PROEPP, dentre outras). Na Defesa Civil, para aqueles atuantes nos Programas de Combate à Dengue; Rio sem Fumo e Vigilância Sanitária.

As despesas de pessoal dos Outros Poderes aumentaram 9,6% (+R\$127,22 milhões) em relação ao ano anterior, refletindo o aumento de remuneração de 5% concedido a partir de setembro/2009 e o pagamento de despesas de exercícios anteriores de pessoal, prática que vem ocorrendo desde 2009, no TJ e no MP, o que representa 36,2% do crescimento do período. No semestre, essas despesas requereram R\$107,63 milhões; ainda que sejam de pessoal, esses gastos não são contabilizados no limite máximo de pessoal da LRF, nem no ano a que se referem, nem no ano em que são pagas.

As despesas de custeio em geral cresceram 14,0% (+R\$1,21 bilhão), na sua maior parte correspondentes a despesas não discricionárias (Encargos com a União / Transferências ao FUNDEB e aos Municípios), na esteira do desempenho da arrecadação que vem superando a estimativa do período, conforme descrito na Seção III.1.1 deste Boletim.

No Executivo, o incremento foi de 14,4% (+R\$307,93 milhões), com destaque para a área de Transporte, que por conta da implantação do Bilhete Único requereu +R\$79,58 milhões que em 2009, o que representa um crescimento superior a 2.000%. A área de Educação aumentou R\$114,66

Subtraído o pagamento da cessão de direitos ao BB, o crescimento dos investimentos no semestre foi de R\$707,2 milhões.



milhões (+28,3%), dos quais R\$79,80 milhões se referem à Secretaria Educação e R\$12,95 milhões à UERJ. Por último, a área de Segurança com crescimento expressivo de R\$49,48 milhões.

Nos outros Poderes, o crescimento de apenas 5,1% (+R\$15,27 milhões). A redução dos gastos da ALERJ, basicamente por conta dos recursos transferidos em 2009 pela ALERJ aos municípios atingidos por intempéries, é compensada pelo crescimento de 15,3% dessas despesas no TJ e no MP.

Com aumento significativo, a despesa do grupo de investimento e outras aplicações de capital cresceram 243,7% (+R\$1,16 bilhão). Desse valor, R\$460,05 milhões se referem à entrega do ativo vendido em contrato firmado entre o ERJ e o BB – operação de cessão de direitos que antecipou as receitas oriundas do acerto Marlim creditadas ao Estado em 2010.

O crescimento dos investimentos tradicionais no semestre, referentes à realização de obras e aquisição de equipamentos, bem como investimentos em municípios do interior fluminense também foi significativo, representando aumento do valor liquidado de +R\$707,26 milhões, tendo sido empenhados mais de R\$2,6 bilhões.

Para as obras do PAC, foram liquidados R\$276,77 milhões no período jan/jun, dos quais R\$49,74 milhões se destinaram ao Arco Metropolitano, cujas obras, após sanadas as exigências ambientais, devem assumir um ritmo mais acelerado nos próximos meses para atender o cronograma físico previsto. Nas obras de urbanização do Complexo Alemão, Rocinha, Mangueiros e Pavão-Pavãozinho, em parceria com o Governo Federal, foram liquidados



R\$175,72 milhões, +119,4% que no mesmo período de 2009.

A manutenção e conservação de rodovias e estradas vicinais requereram R\$198,70 milhões, que, somados aos R\$22,88 milhões do Programa Estradas da Produção, são direcionados ao desenvolvimento da economia fluminense beneficiando diretamente os produtores rurais sitiados no interior do ERJ.

Na rede física de saúde foram gastos R\$100,65 milhões dos quais R\$50,25 milhões na implantação de novas UPAs.



Tabela 18

PRINCIPAIS INVESTIMENTOS (JAN-JUN 2009 / JAN-JUN 2010)

Em R\$ Mil

INVESTIMENTOS	2009		2010		%Δ 2010/2009	
	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	513.054	131.295	771.872	276.774	50,4%	110,8%
Gestão Ambiental	34.584	30.451	153.787	36.127	344,7%	18,6%
Habitação	11.741	3.677	15.150	5.123	29,0%	39,3%
Organização Agrária			246	135		
Saneamento	112.582	6.883	124.767	9.924	10,8%	44,2%
Urbanismo	354.147	90.284	477.922	225.466	34,9%	149,7%
TRANSPORTE	209.937	125.165	556.716	324.234	165,2%	159,0%
Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET	18.977	10.509	4.079	2.237	-78,5%	-78,7%
Implantação da Estação General Osório	81.013	55.961	46.210	46.210	-43,0%	-17,4%
Implantação de Novas Linhas Metroviárias			41.320			
Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte	51.560	25.373	279.033	198.709	441,2%	683,1%
Contenção de Encostas e Taludes	23.676	18.084	2.502	1.234	-89,4%	-93,2%
Apoio aos Municípios	6.033	6.033	176.262	73.201	2821,6%	1113,4%
Demais Investimentos	28.677	9.204	7.310	2.643	-74,5%	-71,3%
SEGURANÇA PÚBLICA	82.909	34.182	159.820	65.220	92,8%	90,8%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do CBMERJ	31.709	4.186	32.447	18.473	2,3%	341,3%
Modernização Operacional e Reaparelhamento da PCERJ e PMERJ	32.967	17.890	107.735	40.898	228,8%	128,6%
Modernização Operacional e Reaparelhamento do Sistema Penitenciário	3.998	2.757	14.087	5.353	252,3%	94,2%
Demais Ações ligadas à Área de Segurança Pública	14.235	9.349	5.552	495	-61,0%	-94,7%
SAÚDE	61.716	23.751	164.561	100.653	166,6%	323,8%
Implantação das Unidades UPA 24 Horas	16.021	5.947	56.989	50.258	255,7%	745,1%
Reforma, Construção e Modernização da Rede Própria de Saúde	24.358	15.124	99.977	45.419	310,4%	200,3%
Demais Ações ligadas à Área de Saúde	21.336	2.680	7.595	4.976	-64,4%	85,6%
EDUCAÇÃO	154.470	63.677	132.158	39.709	-14,4%	-37,6%
Aperfeiçoamento e Modernização da Rede Escolar - Ensino Fundamental e Médio	139.020	52.231	29.316	5.136	-78,9%	-90,2%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Superior	7.708	6.117	27.744	23.815	260,0%	289,3%
Aperfeiçoamento e Modernização Ensino Profissionalizante	6.743	4.991	12.009	7.191	78,1%	44,1%
Implementação, Implantação e Ampliação de Pólos Regionais - Pré-Vestibular			4.542	1.968		
Implementação, Reforma e Reequipamento de Unid. Atend Socioeducativo - DEGASE	7	7	17.124	1.352		
Demais Ações ligadas à Área de Educação	992	331	41.422	248	4073,6%	-25,2%
AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS	1.899	1.166	34.548	29.514	1719,0%	2431,9%
Agricultura	446	72	28.071	23.560	6189,9%	32464,8%
Indústria	52	38	44	23	-16,1%	-39,2%
Comércio e Serviços	1.401	1.055	6.433	5.930	359,2%	462,2%
GESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO	75.400	36.760	148.787	62.158	97,3%	69,1%
Gestão Ambiental	40.880	19.200	79.712	56.578	95,0%	194,7%
Saneamento	34.520	17.560	69.075	5.580	100,1%	-68,2%
ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS CIDADANIA	1.907	1.037	3.884	586	103,7%	-43,5%
Ações ligadas à Área de Assistência Social	1.263	721	3.105	200	145,9%	-72,3%
Ações ligadas à Área de Direitos da Cidadania	644	315	779	386	21,0%	22,4%
CULTURA, DESPORTO E LAZER	4.713	2.694	17.139	10.683	263,7%	296,5%
Ações ligadas à Área de Cultura	4.713	2.694	12.186	6.483	158,6%	140,6%
Ações ligadas à Área de Desporto e Lazer			4.954	4.199		
URBANISMO, HABITAÇÃO e ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	37.960	12.785	348.287	179.224	817,5%	1301,8%
Ações ligadas à Área de Habitação e Organização Agrária	21.337	1.784	77.988	50.329	265,5%	2721,6%
Ações ligadas à Área de Urbanismo	16.623	11.002	270.298	128.895	1526,0%	1071,6%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.411	153	19.216	6.852	1262,0%	4376,6%
ENCARGOS ESPECIAIS - Restituições Recursos de Terceiros			460.059	460.059		
TRABALHO	314	55	180	140	-42,8%	151,8%
JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO	130.681	31.477	220.123	54.802	68,4%	74,1%
ADMINISTRAÇÃO	20.942	11.481	12.939	4.342	-38,2%	-62,2%
COMUNICAÇÕES	896	96	3	3	-99,7%	-97,3%
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	3.485	3.091	33.663	31.241	865,8%	910,8%
TOTAL	1.301.695	478.866	3.083.954	1.646.192	136,9%	243,8%
TOTAL (SEM RESTITUIÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS)	1.301.695	478.866	2.623.894	1.186.133	101,6%	147,7%

Fonte: SIG / Posição de 21/07/2010



IV. 3 Despesa por área de governo

Este número do boletim analisa as áreas sujeitas as despesas mínimas de acordo com índice constitucional, Educação, Saúde e Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, além de uma discussão da execução do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

IV. 3.1 Saúde – Índice Constitucional

As despesas comentadas no corpo deste texto se referem exclusivamente as financiadas com recursos do Tesouro Estadual e que são consideradas para a apuração do índice constitucional. As despesas financiadas com outras fontes de recursos, inclusive os provenientes do Sistema Único de Saúde – SUS serão comentadas no Box 2 a seguir.

No primeiro semestre de 2010, o ERJ aplicou em saúde R\$1,10 bilhão, incremento de 18,1% (+R\$170,57 milhões) em relação à aplicação realizada no mesmo período em 2009. Pela ótica da liquidação, o ERJ aplicou no 1º semestre 9,3% da base de cálculo adotada pela Emenda Constitucional nº 29/2000, percentual inferior aos 12% constitucionais que as contas anuais devem atender. Trata-se, no entanto de patamar semelhante ao de 2009, e reflete um padrão sazonal que leva à recuperação dos gastos no final do exercício. Em contraste com o valor liquidado, o total de compromissos assumidos no período (empenho) já atinge 14,0% (R\$1,671 bilhão) da base de cálculo do 1º semestre (Tabela 19).

Para o exercício de 2010 a área da saúde conta com R\$2,59 bilhões, incremento de 11,1%

Tabela 19

APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM SAÚDE COM BASE NA DESPESA EMPENHADA

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (MAI-JUN)		EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)					
	2009	2010	2009	2010				
Base de Cálculo (Receita)	2.938	4.241	9.890	11.963				
Mínimo a ser aplicado em Saúde (12%)	353	509	1.187	1.436				
Total da Despesa	EMP	LIQ	EMP	LIQ	EMP	LIQ	EMP	LIQ
	495	405	677	438	1.319	940	1.671	1.110
Índice Const. Aplicado	16,8%	13,8%	16,0%	10,3%	13,3%	9,5%	14,0%	9,3%

Posição: 21/07/2010

Tabela 20

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA FUNÇÃO SAÚDE POR GRUPO DE DESPESA

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA 2009		EXECUÇÃO ACUMULADA 2010		% Δ 2010 / 2009	
	Dot. Atual	Liq.	Dot. Atual	Liq.	Dot. Atual	Liq.
PESSOAL	1.090.297	519.150	1.077.701	553.518	-1,2%	6,6%
CUSTEIO	999.219	343.910	1.212.435	453.918	21,3%	32,0%
INVESTIMENTOS + INVERSÕES	158.230	18.488	182.015	53.508	15,0%	189,4%
JUROS + AMORT. DA DÍVIDA	86.427	58.380	121.080	49.552	40,1%	-15,1%
TOTAL	2.334.173	939.928	2.593.232	1.110.497	11,1%	18,1%

Posição: 21/07/2010



(+R\$259,05 milhões) em relação aos recursos destinados em 2009 que eram de R\$2,33 bilhões.

No primeiro semestre de 2010, a área de saúde executou 42,8% da dotação consignada para o exercício. As despesas correntes foram responsáveis por 90,7% do total executado no período (R\$1,00 bilhão), R\$553,51 em pessoal e encargos sociais e R\$453,91 em custeio. O grupo de investimentos apresenta uma execução de 4,8% do total (R\$53,50 milhões) e o serviço da dívida requereu R\$49,55 milhões, valor inferior ao de 2009 (R\$58,37 milhões). A Tabela 20 demonstra a dotação anual de 2010 e 2009, e compara a execução do semestre em cada um desses exercícios.

No âmbito de pessoal, a despesa de todas as categorias funcionais que atuam na área de saúde foi superior ao mesmo período de 2009, com destaque para o pessoal militar, especialistas na área da saúde, cujo incremento foi de 5,3% (+R\$5,14 milhões), reflexo do reajuste salarial de 5% para pessoal do CBMERJ a partir de outubro de 2009 e das gratificações de incentivo a resultados (Tabela 21). Em relação ao mesmo período de 2009, os gastos com pessoal contratado por tempo determinado aumentaram 62,6% para atender a demanda de serviços decorrentes da implantação das novas UPAs.

No âmbito do custeio, a despesa liquidada no 1º semestre foi de R\$453,91 milhões, R\$110,00 milhões a mais que o mesmo período de 2009. Significativo incremento ocorreu nos recursos transferidos aos municípios por conta da implantação do Programa de Apoio aos Hospitais do Interior – PAHI a partir de set/2009 e da continuidade do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. Esses dois incentivos requereram no primeiro semestre

Tabela 21

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA PESSOAL SAÚDE						Em R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (MAI-JUN)		Δ%	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		Δ%
	2009	2010		2009	2010	
PESSOAL MILITAR	34.526	33.767	-2,2%	97.311	102.460	5,3%
PESSOAL CIVIL	154.966	169.095	9,1%	421.495	450.566	6,9%
Estatutário	79.873	79.363	-0,7%	237.289	242.433	2,2%
Contratação por Tempo Determinado	14.431	27.006	87,1%	45.504	73.970	62,6%
Cooperativados	60.663	62.736	3,4%	138.702	134.163	-3,3%
SENTENÇAS, INDENIZAÇÕES E RESSARCIMENTOS	222	86	-61,2%	344	493	43,2%
TOTAL DESPESA PESSOAL SAÚDE	189.714	202.948	7,0%	519.150	553.518	6,6%

Posição: 21/07/2010

Tabela 22

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA CUSTEIO SAÚDE						Em R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (MAI-JUN)		Δ%	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		Δ%
	2009	2010		2009	2010	
MEDICAMENTOS	39.157	20.119	-48,6%	43.994	48.437	10,1%
Em Geral	4.723	14.769	212,7%	8.576	38.026	343,4%
Excepcionais	33.169	3.051	-90,8%	34.126	4.219	-87,6%
Mandado Judicial	1.275	2.299	80,4%	1.292	6.192	379,2%
MATERIAL DE CONSUMO	34.491	32.617	-5,4%	59.174	68.261	15,4%
Insumo	29.061	22.996	-20,9%	47.368	46.120	-4,7%
Apoio	5.430	9.621	77,2%	11.806	23.140	96,0%
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	106.570	130.021	22,0%	206.459	259.474	25,7%
Insumo	31.289	57.164	82,7%	55.821	91.942	64,7%
Apoio	70.709	67.054	-5,2%	137.458	151.329	10,1%
Utilidade Pública	4.572	5.803	26,9%	13.180	16.204	22,9%
TRANSFERÊNCIAS A MUNICÍPIOS	1.774	25.564	1340,6%	7.449	47.168	533,2%
Plano Estadual de Assist. Farmacêutica	1.774	15.598	779,0%	7.449	15.611	109,6%
Prog. Apoio Hosp. Interior - PAHI		9.966			20.478	
Outros Incentivos - UPA e Atenção Básica					11.079	
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	15.382	11.037	-28,2%	26.834	30.578	14,0%
TOTAL DESPESA CUSTEIO SAÚDE	197.375	219.358	11,1%	343.910	453.918	32,0%

Posição: 21/07/2010



R\$47,16 milhões. O PAHI, que tem como objetivo fomentar, em parceria com os municípios, a rede regionalizada de atenção a saúde, é direcionado para as unidades hospitalares de municípios com até 110 mil habitantes, sejam elas públicas ou filantrópicas, e o repasse é condicionado à disponibilidade de leitos para o SUS.

O Plano Estadual de Assistência Farmacêutica na Atenção Básica, transferiu para os municípios nesse primeiro semestre, R\$15,61 milhões, +109,6% que em 2009. Esses recursos correspondem à parcela que cabe ao Estado no co-financiamento da aquisição, pelos municípios, dos medicamentos de Atenção Básica listados pelo Ministério da Saúde (MS).

A Tabela 22, demonstra a aplicação dos recursos nesses dois programas no período jan/jun.

As despesas com prestação de serviços direcionados às atividades-fim de saúde (classificadas como insumos na Tabela 22), onde se incluem serviços de hemodiálise, aluguel de leitos de UTI neo-natal entre outras, superaram em 64,7% o valor aplicado no mesmo período de 2009, confirmando a melhoria do atendimento à população com maior oferta de serviços em saúde.

A aquisição direta de medicamentos pela Secretaria de Saúde, para uso na Rede e distribuição para o público em geral, continua com crescimento expressivo. Os medicamentos em geral, constantes da grade definida pelo MS, requereram (R\$38,02 milhões) +343,4% que no mesmo período de 2009, e os medicamentos adquiridos através de mandado judicial, (R\$6,19 milhões) +379,2% que em 2009, apesar da implantação, junto ao TJ, de Comissão responsável pela análise dos pedidos. Os



percentuais de aumento nessas duas classes de medicamentos compensam a retração na aquisição dos medicamentos excepcionais.

A dotação disponível para despesas de capital no exercício é de R\$182,01 milhões, dos quais já foram comprometidos R\$111,35 milhões, o que representa 61,2% do total., detalhados na Tabela 20.

Pela ótica da liquidação, a despesa realizada com recursos do Tesouro, foi de R\$53,08 milhões, dos quais 97,9% foram aplicados pelo Fundo Estadual de Saúde (FES), com destaque para a implantação de novas UPAs incluindo a aquisição de módulos e equipamentos de uso hospitalar e laboratorial, R\$41,67 milhões. Os investimentos realizados pelo IVB estão financiando a implantação de Empresa de Biotecnologia – IVB BIOTEC que passará a produzir medicamentos de alta complexidade, que atualmente são importados.



Tabela 23

DESPESAS DE CAPITAL FUNÇÃO SAÚDE (INVESTIMENTOS) RECURSOS DO TESOURO				
UO	HISTÓRICO	JAN-JUN 2010		
		EMP.	LIQ.	PAG.
2961 - FES	MODERNIZAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ELEVADORES EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE	1.902.841	880.635	588.224
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA FARMACIA CENTRAL DE DISPENSACAO (RIO DE JANEIRO)	4.205.906	1.966.945	1.887.484
	AQUISIÇÃO DE 100 AMBULÂNCIAS	10.994.000	-	-
	AUXILIO FINANCEIRO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARRAIAL DO CABO	250.000	250.000	250.000
	OBRAS DE CONCLUSAO DA CONSTRUÇÃO DO H.G. DE SÃO JOÃO DE MERITI (HOSPITALGERAL DA MULHER)	3.491.333	2.934.619	2.934.619
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM NO CENTRO DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO	8.876.379	-	-
	MÓDULOS PARA COMPOSIÇÃO E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO - UPAs	28.696.703	20.343.108	20.343.108
	OBRAS DE REFORMA C/ MODIFICAÇÃO DE LAYOUT NAS INSTALACOES EM DIVERSAS UNIDADES DE SAÚDE	3.561.982	501.227	466.236
	ESTUDOS E PROJETOS	1.949.999	1.537.105	1.161.658
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	735.354	724.853	724.853
	EQUIPAMENTOS DE USO HOSPITALAR E LABORATORIAL	38.691.522	21.327.948	19.427.936
	MOBILIÁRIO EM GERAL	4.631.805	249.609	231.158
	EQUIPAMENTOS DIVERSOS	2.270.786	1.693.010	1.421.439
TOTAL FES		110.258.610	52.409.059	49.436.716
2971 - IVB	IMPLANTACAO DE EMPRESAS DE BIOTECNOLOGIA - IVB BIOTEC	1.029.477	1.029.477	905.199
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE (DIVERSOS)	70.833	69.566	50.481
TOTAL IVB		1.100.310	1.099.042	955.680
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL SAÚDE		111.358.920	53.508.102	50.392.396

Posição: 21/07/2010

Neste semestre foram concluídas as obras de construção do Hospital Geral da Mulher em São João de Meriti. Com previsão de término ainda neste exercício, inclui-se o Centro de Diagnóstico por Imagem e a Farmácia Central de Dispensação, ambos no centro do Rio de Janeiro.



BOX 2 – Despesas da Área Saúde financiadas com Outras Fontes

Em menor escala, financiam ainda despesas de saúde, além do Tesouro Estadual, recursos provenientes de convênios, do Sistema Único de Saúde (SUS) e os diretamente arrecadados pelo FES, receita da Farmácia Popular, e pelo Instituto Vital Brasil (IVB), venda de soros e fármacos de produção própria.

No primeiro semestre de 2010, essa receita somou R\$381,86 milhões, 29,0% (-R\$156,34 milhões) abaixo do realizado em período equivalente de 2009, explicado, no caso do SUS, pelas transferências Fundo a Fundo para alguns municípios que alcançaram a condição de Gestão Plena, evitando repasse financeiro pelo Fundo Estadual de Saúde.

No caso da receita de convênios firmados pelo FES, a retração é explicada pelo término do convênio firmado com o DETRO no valor de R\$15 milhões já totalmente repassados, para obras e equipamentos do Hospital do Povo Dona Lindu, em Paraíba do Sul, já em funcionamento. Situação idêntica ocorre com o convênio firmado com o Fundo Nacional de Saúde para compra de equipamentos cujo repasse de R\$4,90 milhões, efetivado em 2009, continua sem execução da despesa.

Situação inversa acontece com o IVB, o expressivo aumento da receita de convênios (+R\$3,60 milhões) tem respaldo na formalização de convênios firmados com o MS, para produção e distribuição de soros.

Os recursos diretamente arrecadados decresceram 12,8% quando considerados os do IVB e os do FES. No IVB, a menor receita nesse 1º semestre de 2010 é explicada, em parte, pela perda das receitas da Farmácia Popular, que neste exercício passaram para a gestão do FES.

As Tabelas abaixo demonstram a receita e despesa de outras fontes realizadas na área da saúde por Unidade Executora:

RECEITA REALIZADA DA ÁREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	2009	2010	% Δ 2010 / 2009
SEAP	SUS	1.935	1.189	-38,5%
FES	CONVÊNIO	21.026	708	-96,6%
	RECEITA PRÓPRIA		1.812	
	SUS	492.719	357.393	-27,5%
TOTAL FES		513.745	359.913	-29,9%
FUNESBOM	SUS	963	1.530	58,8%
IVB	CONVÊNIO	2.112	5.713	170,5%
	RECEITA PRÓPRIA	5.342	2.847	-46,7%
		7.454	8.559	14,8%
UERJ/HUPE	SUS	14.110	10.672	-24,4%
TOTAL CONVÊNIO		23.138	6.420	-72,3%
TOTAL SUS		509.727	370.784	-27,3%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		5.342	4.659	-12,8%
TOTAL GERAL		538.207	381.863	-29,0%

Posição: 21/07/2010



DESPESA DA AREA DE SAÚDE FONTES – Não Tesouro

UGE	FR	JAN-JUN / 2009		JAN-JUN / 2010		EM R\$ MIL % Δ 2010 / 2009	
		EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
FES	CONVÊNIO	9.124	9.111	2.181	862	-76,1%	-90,5%
	RECEITA PRÓPRIA			1.800			
	SUS	339.182	212.549	265.424	216.167	-21,7%	1,7%
TOTAL FES		348.306	221.660	269.405	217.029	-22,7%	-2,1%
FUNESBOM	SUS*	1.542	1.216	1.866	1.343	21,0%	10,5%
IVB	CONVÊNIO	2.876	2.088	3.802	2.504	32,2%	19,9%
	RECEITA PRÓPRIA	5.066	4.716	2.521	2.323	-50,2%	-50,8%
TOTAL IVB		7.941	6.804	6.323	4.827	-20,4%	-29,1%
UERJ/HUPE	SUS**	15.358	11.564	15.343	11.727	-0,1%	1,4%
SEAP	SUS*	2.376	652	5.686	4.330	139,3%	564,4%
TOTAL CONVÊNIO		12.000	11.199	5.983	3.366	-50,1%	-69,9%
TOTAL SUS		358.458	225.981	288.319	233.567	-19,6%	3,4%
TOTAL RECEITA PRÓPRIA		5.066	4.716	4.321	2.323	-14,7%	-50,8%
TOTAL GERAL		375.523	241.896	298.623	239.256	-20,5%	-1,1%

* A DESPESA DO SUS NO FUNESBOM E NA SEAP SÃO CLASSIFICADAS NA FUNÇÃO SEGURANÇA.
 ** EM 2010 A DESPESA DO SUS NA UERJ, DESTINADA AO HOSP. PEDRO ERNESTO, ESTÁ CLASSIFICADA NA FUNÇÃO EDUCAÇÃO
 Posição: 21/07/2010

As despesas liquidadas financiadas com fontes não-Tesouro totalizaram no primeiro semestre de 2010, R\$239,25 milhões, 1,1% menor que o total executado no mesmo período de 2009 quando foram gastos R\$241,89 milhões.

Ao contrário do que ocorre com os recursos do Tesouro, o ritmo da execução da despesa financiada com recursos de outras fontes é mais lento, chegando a ser inferior à receita realizada no período em aproximadamente 23%.

IV. 3.2 Educação – Índice Constitucional¹⁷

A base de cálculo do índice de aplicação de recursos em educação cresceu 21,0% no 1º semestre de 2010, em relação ao igual período de 2009, indicando uma aplicação mínima de R\$2,99 bilhões proporcional ao valor arrecadado no período (Tabela 24).

Tabela 24

DISCRIMINAÇÃO	APURAÇÃO DO ÍNDICE DE APLICAÇÃO DE RECURSOS EM EDUCAÇÃO							
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)				EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)			
	2009		2010		2009		2010	
BASE DE CÁLCULO (receita)	2.938		4.241		9.890		11.963	
Mínimo a se aplicado em Educação 25%	734		1.060		2.473		2.991	
Despesa Aplicada no Período	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.	EMP.	LIQ.
	839	758	1.059	941	2.469	2.249	2.852	2.604
ÍNDICE - CONSTITUCIONAL - RECURSOS APLICADOS	28,5%	25,8%	25,0%	22,2%	25,0%	22,7%	23,8%	21,8%

Fonte: SIA/SIAFEM
Emissão: 21/07/2010

¹⁷ O orçamento da Função Educação engloba as dotações das seguintes

UOs:

1801 - Secretaria de Estado de Educação – SEEDUC

1802 – Departamento Geral de Ações Socio-Educativas – Novo Degase

3702 – Encargos Gerais do Estado – EGE/SEFAZ

4041 – Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa - FAPERJ

4043 – Fundação Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

4044 - Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro - FAETEC

4045 – Fundação Universidade do Estado do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF

4046 - Fundação Centro de Ciências de Educação Superior à Distância – CECIERJ

4047 – Fundação Centro Universitário Estadual da Zona Oeste - UEZO



O dispêndio total no semestre foi de R\$2,60 bilhões, representando incremento de 15,8% (+R\$355,19 milhões) em relação a 2009. Quando comparado com a base de cálculo, o percentual de execução é de 21,8% da receita, ainda um pouco abaixo do mínimo constitucional exigido, 25%. Analisado pela ótica dos compromissos assumidos, esse percentual atinge 23,8%.

Expressiva parcela dos recursos aplicados foi financiada com o “retorno do FUNDEB” (R\$1,10 bilhão), recursos de impostos arrecadados pelo Estado, repassados ao FUNDEB nos percentuais estabelecidos pela Lei 11.494/2007, retornando para financiamento de despesas da rede própria do Estado, de acordo com o coeficiente de matrículas apurado pelo MEC através de censo escolar. A diferença entre a contribuição do Estado (R\$1,97 bilhão) e o que lhe foi devolvido alcançou R\$874,21 milhões, aplicados pelos municípios fluminenses (Tabela 25). Em 2010 a proporção entregue aos municípios aumentou por conta do maior peso dado aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, majoritariamente atendidos pelos municípios, em detrimento da fração alocada aos alunos do secundário e anos mais avançados do fundamental.

Tabela 25

FUNDEB-Contribuição do Estado e Transferência Efetiva aos Municípios			
Em R\$ milhões			
DISCRIMINAÇÃO	JAN-JUN 2009	JAN-JUN 2010	Δ %
Contribuição do Estado	1.652,66	1.979,21	19,8%
Retorno ao Estado	973,21	1.105,00	13,5%
Transf.Efetiva aos Municípios	679,45	874,21	28,7%

Tabela 26

DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAIO-JUNHO)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUNHO)			PARTIC. UO DESP TOTAL 2010 (%)
	2009	2010	Δ %	2009	2010	Δ %	
	SEEDUC	382.990	415.567	8,5%	1.056.678	1.128.627	
NOVO DEGASE	17.020	15.237	-10,5%	39.461	45.454	15,2%	1,7%
EGE/SEFAZ	196.328	292.509	49,0%	679.448	874.214	28,7%	33,6%
FAPERJ	28.188	45.313	60,8%	73.236	92.315	26,1%	3,5%
UERJ	68.310	82.038	20,1%	202.541	231.284	14,2%	8,9%
FAETEC	46.939	72.129	53,7%	148.701	180.079	21,1%	6,9%
UENF	14.405	13.306	-7,6%	39.192	40.917	4,4%	1,6%
CECIERJ	2.433	2.756	13,3%	6.386	6.468	1,3%	0,2%
UEZO	1.501	2.086	39,0%	3.621	5.101	40,8%	0,2%
TOTAL DA DESPESA	758.115	940.942	24,1%	2.249.264	2.604.459	15,8%	100,0%

Em R\$ mil
FONTE: SIG/SIAFEM
Extração: 21/07/2010

A maior parte da despesa que compõe o total aplicado na Função Educação é gerenciada pela Secretaria de Educação, 43,3%, justificada pela abrangência da Rede Estadual de Ensino que atende a todos municípios fluminenses.

Os gastos de pessoal requereram no semestre R\$1,36 bilhão, crescimento de 11,4% (+R\$139,95 milhões) em relação ao mesmo período do exercício passado, o que denota a valorização do profissional da área de educação, com a implantação de várias medidas, dentre elas:

- reajuste da remuneração a cada ano,
- enquadramento funcional por titulação,
- incorporação da gratificação do Programa Nova Escola ao vencimento base, e
- admissão de novos profissionais para suprir o déficit da Rede Pública de Ensino.

A distribuição da despesa de pessoal por unidade orçamentária está demonstrada no Gráfico 1, cuja maior parte (71,1%) concentra-se na SEEDUC, seguida da UERJ (12,4%) e da FAETEC (11,%).

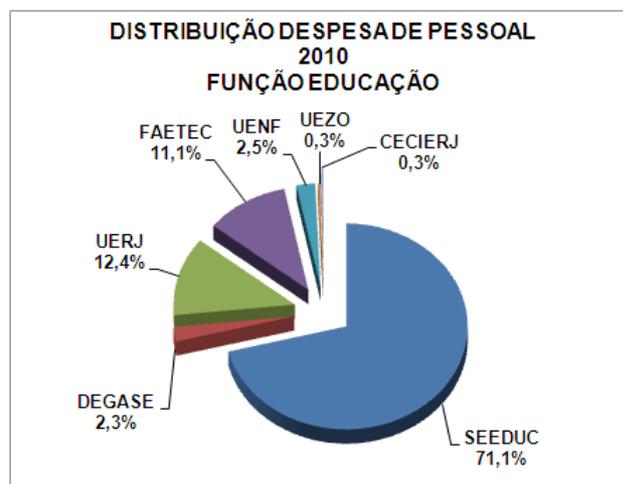
No âmbito do custeio da função as despesas cresceram 20,00% (+R\$200,10 milhões), basicamente direcionadas às transferências ao FUNDEB, parcela que financia a educação nos municípios. Na SEEDUC, a aparente contração de 10,6% está relacionada à alteração das fontes de financiamento. Parte do custeio passou a ser financiado por outras fontes de recursos (Salário-Educação), o que permitiu maior aporte de recursos do Tesouro para gastos de pessoal em acordo com a política de valorização do profissional da área de educação.

Tabela 27
DESPESA DA FUNÇÃO EDUCAÇÃO POR GRUPO

Em R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAIO-JUNHO)			EXECUÇÃO ACUMULADA		
	2009	2010	Δ %	2009	2010	Δ %
PESSOAL	407	474	16,6%	1.222	1.362	11,4%
CUSTEIO	333	441	32,1%	1.002	1.202	20,0%
INVESTIMENTO	18	21	15,1%	21	34	60,5%
INVERSÕES		6		3	6	61,5%
TOTAL DA DESPESA	758	941	24,1%	2.249	2.604	15,8%

Fonte: SIG/SIAFEM
Extração: 21/07/2010

Gráfico 1




Situação inversa acontece na UERJ, na FAETEC, no DEGASE e na UEZO, cujo crescimento superou 30%. Em todas elas o incremento está relacionados a gastos de pessoal não considerados como despesas fixas. Na UERJ, auxílio financeiro a estudantes e pagamento de estudantes em residência médica. Na FAETEC o acréscimo de 31,2% (+R\$4,71 milhões) está basicamente concentrado no pagamento de profissionais técnicos para os cursos dos Centros Vocacionais Tecnológicos (CVT) implantados em diversas regiões pela FAPERJ.

A despesa liquidada em investimentos cresceu 60,5% (+R\$13,00 milhões) em relação ao mesmo período de 2009, por conta da aquisição de material permanente para atender à realização dos projetos com o auxílio financeiro a pesquisadores pela FAPERJ.

Em inversões financeiras os recursos aplicados foram destinados à aquisição de imóvel situado na Ilha do Governador para expansão da Rede Escolar.

A Tabela abaixo detalha os investimentos por unidade orçamentária.

Tabela 28
FUNÇÃO EDUCAÇÃO
DESPESA DE CUSTEIO POR UO

Em R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		
	2009	2010	Δ %
SEEDUC	167.138	149.496	-10,6%
NOVO DEGASE	10.220	13.451	31,6%
FAPERJ	73.236	73.038	-0,3%
UERJ	48.160	62.824	30,4%
FAETEC	15.394	20.195	31,2%
UENF	6.455	6.741	4,4%
CECERJ	1.714	1.636	-4,5%
UEZO	89	359	302,4%
SUBTOTAL	322.405	327.739	1,7%
Transf.FUNDEB - Perda líquida	679.448	874.214	28,7%
TOTAL GERAL	1.001.853	1.201.953	20,0%

FONTE SIG/SIAFEM
Extração 21/07/2010

Tabela 29

INVESTIMENTOS E INVERSÕES FINANCEIRAS (FUNÇÃO EDUCAÇÃO)
RECURSOS DO TESOURO

Em R\$

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	DESCRIÇÃO	JAN-JUN 2010		
		EMP.	LIQ.	PAG.
1801 - SEEDUC	REFORMA E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES EM DIVERSOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES	15.213.019	4.954.134	3.867.237
	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL NA ILHA DO GOVERNADOR PARA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE ESCOLAR	5.613.300	5.613.300	5.613.300
	AQUISIÇÃO DE 200 ÔNIBUS ESCOLARES	40.600.000	-	-
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	7.599.879	255.817	184.724
Total SEEDUC		69.026.198	10.823.251	9.665.262
1802 - NOVO DEGASE	OBRAS DE REFORMA E READEQUAÇÃO DAS UNIDADES DO DEGASE	5.702.526	808.083	346.396
	AQUISIÇÃO DE 4 VIATURAS	770.196	53.900	-
Total NOVO DEGASE		6.472.722	861.983	346.396
4041 - FAPERJ	DESENVOLVIMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS ATRAVÉS DA FAPERJ	19.277.303	19.277.303	9.574.481
Total FAPERJ		19.277.303	19.277.303	9.574.481
4043 - UERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	154.805	141.929	106.631
Total UERJ		154.805	141.929	106.631
4044 - FAETEC	OBRAS NAS DEPENDÊNCIAS DO CETEP DE JAPER E MARECHAL HERMES. AQUISIÇÃO DE MODULARES PARA 13 CVTS.	11.354.197	6.639.995	4.647.182
	MODERNIZAÇÃO E REEQUIPAMENTO DAS UNIDADES DA FAETEC	3.665.626	1.962.715	775.917
Total FAETEC		15.019.823	8.602.710	5.423.099
4045 - UENF	OBRA DE RECUERAÇÃO ESTRUTURAL E PINTURA EXTERNA DO CENTRO DE CONVÊNIOS DA UENF	708.938	240.289	240.289
	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	163.321	11.215	4.989
TOTAL UENF		872.259	251.504	245.278
4046 - CECIERJ	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	334.615	147.630	123.682
Total CECIERJ		334.615	147.630	123.682
TOTAL DESPESA INVESTIMENTO FUNÇÃO EDUCAÇÃO		111.157.725	40.106.310	25.484.827

FONTE SIG/SIAFEM
Extração 21/07/2010



BOX 3 – Despesas da Área de Educação financiadas com Outras Fontes de Recursos

A área de educação, além dos recursos do Tesouro, conta com financiamento de outras fontes que representam 8,7% do total aplicado na área.

A arrecadação do Salário-Educação, no primeiro semestre de 2010 aumentou 7,2% (+R\$10,31 milhões) em relação a 2009. As transferências de convênios, cuja maior parcela é destinada à SEEDUC (77,3%), basicamente ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE aumentaram 23,3%. No âmbito da UENF e da CECIERJ os recursos oriundos de convênios firmados com o Governo Federal para financiamento de estudos e projetos e de ensino à distância, também registraram crescimentos expressivos. Nas demais UOs a variação negativa, em parte é decorrente de convênios já finalizados como é o caso da FAPERJ, ou de pendências de certidões de recolhimento de tributos federais no caso da UERJ. No Degase, a aparente retração em parte é devida também ao término de alguns convênios. Em 2010 está em execução somente um convênio, firmado com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos para atender ao Instituto Padre Severino.

As receitas diretamente arrecadadas pelas fundações também registraram desempenho negativo, quando comparadas a igual período de 2009. Isoladamente, na CECIERJ o crescimento expressivo decorre do contrato de colaboração financeira não reembolsável, firmado com o BNDES, no valor de R\$1,52 milhão, totalmente integralizados, visando a implantação e ampliação de pólos regionais.

Pelo lado da despesa, o forte incremento de 87,4% (+ R\$115,47 milhões), foi financiado com recursos do Salário-Educação, compatível com a participação dessa fonte de recursos na arrecadação do semestre. Esses recursos ao financiarem parte do custeio da SEEDUC, permitem maior aplicação de recursos do Tesouro em pessoal.

RECEITA REALIZADA OUTRAS FONTES - ÁREA EDUCAÇÃO				
EM R\$				
TIT U.O	FR	JAN-JUN 2009	JAN-JUN 2010	% Δ
SEEDUC	Salário Educação	142.862.427	153.181.636	7,2%
	Convênios	22.893.234	40.580.069	77,3%
SEEDUC TOTAL		165.755.661	193.761.704	16,9%
DEGASE	Convênios	6.300.000	4.021.144	-36,2%
	DEGASE TOTAL		6.300.000	4.021.144
FAPERJ	Diretamente Arrecadados	131.543	2.209	-98,3%
	Convênios	17.799.981	11.272.633	-36,7%
FAPERJ TOTAL		17.931.523	11.274.842	-37,1%
UERJ	Diretamente Arrecadados	20.690.065	19.681.859	-4,9%
	Convênios	13.081.590	6.045.111	-53,8%
TOTAL UERJ		33.771.655	25.726.970	-23,8%
FAETEC	Diretamente Arrecadados	32.263	29.892	-7,4%
	Convênios	504.717	165.305	-67,2%
FAETEC TOTAL		536.980	195.197	-63,6%
UENF	Diretamente Arrecadados	46.840	57.355	22,4%
	Convênios	2.260.002	15.278.429	576,0%
	OUTRAS REC.ADM.INDIRETA	15.000		-100,0%
TOTAL UENF		2.321.842	15.335.784	560,5%
CECIERJ	Diretamente Arrecadados	701.739	990.200	41,1%
	Convênios	1.339.454	1.788.053	33,5%
	OUTRAS REC.ADM.INDIRETA	19.650	1.361.951	6831,0%
TOTAL CECIERJ		2.060.843	4.140.204	100,9%
UEZO	Diretamente Arrecadados	5.860	29.400	401,7%
UEZO TOTAL		5.860	29.400	401,7%
TOTAL Salário Educação		142.862.427	153.181.636	7,2%
TOTAL Convênios		64.178.977	79.150.744	23,3%
TOTAL Diretamente Arrecadados		21.608.309	20.790.914	-3,8%
TOTAL OUTRAS REC.ADM.INDIRETA		34.650	1.361.951	3830,6%
TOTAL GERAL		228.684.364	254.485.245	11,3%

IV. 3.3 FECAM

Além da parcela correspondente aos 5% relativos à receita proveniente de Royalties do Petróleo, no final do exercício de 2009 e neste primeiro semestre de 2010, os recursos destinados às ações de meio ambiente foram suplementados com valores adicionais provenientes do acerto de MARLIM, justificando o crescimento expressivo de 35,68% - Tabela 30.

Para apuração do índice constitucional, ou seja, excluídos os valores referentes ao acerto de Marlim, a previsão para 2010 (R\$252,17 milhões) é 10,7% maior que o aplicado em 2009, já incluídos os R\$10,5 milhões que foram somados à dotação inicial por conta do excesso de arrecadação estimado para o exercício.

A análise da despesa realizada no período aponta que a execução está bastante lenta, pois foram liquidados no semestre, apenas, R\$ 67,78 milhões, 26,9% do total de recursos disponíveis para o exercício, o que não ocorre quando se analisa a despesa comprometida (empenhada), cujo percentual alcança 67%.

Nos próximos meses a despesa deverá assumir ritmo acelerado, já finalizados os trâmites para formalização de Termo de Acordo entre a SEOBRAS e a CEDAE para realização das obras do PAC Saneamento.

A Tabela 32 detalha os investimentos deste primeiro semestre, com destaque para as ações de prevenção e controle de inundações, desassoreamento e recuperação ambiental de diversos cursos d'água (R\$24,61 milhões), executados pelo INEA. Valores expressivos foram aplicados pela RIOTRILHOS (R\$20,00 milhões) na realização de obras nos sistemas auxiliares do

Tabela 30
ORÇAMENTO ANUAL FECAM

ÓRGÃO	REALIZADO 2009	DOT. ATUAL 2010	Em R\$ Mil
			Δ% 2009/DOT. ATUAL 2010
SEOBRAS	25.143		
CEHAB	609		
SEA	9.267		
FECAM	82.823	353.473	
INEA	78.423		
RIOTRILHOS	64.255		
TOTAL GERAL	260.521	353.473	35,68%
ACERTO DE MARLIM	32.700	101.300	
TOTAL GERAL (EXCLUÍDO ACERTO DE MARLIM)	227.821	252.173	10,69%

Tabela 31
**BASE DE CÁLCULO PARA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO FECAM
LIQUIDADO**

DISCRIMINAÇÃO	Em R\$ mil					
	EXECUÇÃO BIMESTRAL (MAI-JUN)			EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-JUN)		
	2009	2010	%	2009	2010	%
Base de Cálculo	742.938	1.275.526	71,7%	1.840.306	2.807.770	52,6%
Mínimo a ser aplicado em FECAM 5%	37.147	63.776	71,7%	92.015	140.388	52,6%
Total da Despesa	25.291	24.072		65.880	67.783	
Índice Constitucional Recursos aplicados	3,4%	1,9%		3,6%	2,4%	

*Desconsiderada Receita referente ao acerto de Marlim



Metrô de Copacabana, na implantação de pilotagem automática no trecho Botafogo - Arco Verde e de sinalização no trecho Cantagalo / General Osório.

O FECAM tem tido um papel crescente na articulação de uma política estadual de conservação ambiental, onde se inclui o tratamento de resíduos sólidos e saneamento que requereu no semestre R\$12,23 milhões. (18,1% do total liquidado), sob a gestão da Secretaria de Ambiente e da CEDAE.

Tabela 32
PRINCIPAIS INVESTIMENTOS
JAN-JUN 2010

Em R\$			
UNIDADE EXECUTORA	INVESTIMENTOS	EMPENHADO	LIQUIDADADO
EMOP	REMANEJAMENTO DE OCUPAÇÕES NAS COMUNIDADES DA ROCINHA, CHÁCARADO CÉU E PARQUE DA PEDRA BRANCA	10.000.000	5.654.451
SEOBRAS	DESPESA COM O PAC SANEAMENTO	8.702.918	-
	PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL - MONITORAMENTO ARQUEOLÓGICO - PARATY	756.000	275.726
CEDAE	COMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE RECREIO DOS BANDEIRANTES, JACAREPAGUÁ E BARRA DA TIJUCA.	32.000.000	-
	CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRANSPORTE DE ESGOTO DO SISTEMA SARAPUI	13.000.000	4.757.648
CEHAB	ALUGUEL PROVISÓRIO EM FAVOR DE FAMÍLIAS NA COMUNIDADE JARDIM BARRO VERMELHO, ROLDAO GONÇALVES	147.002	147.000
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 144 UNIDADES HABITACIONAIS - ROLDÃO GONÇALVES, NO MUNICÍPIO DE MESQUITA	105.890	77.757
	OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE 252 UNIDADES HABITACIONAIS NO JARDIM BARRO VERMELHO - MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO	166.675	146.158
SEA	EXECUÇÃO DO TRATAMENTO E A ADEQUADA DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS NO MUNICÍPIO DE NILÓPOLIS	1.208.349	1.079.049
	GESTÃO PARA A CONSERVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS E DOS SERVIÇOS AMBIENTAIS - RECUPERAÇÃO FLORESTA MATA ATLÂNTICA	1.133.872	863.996
	CONSULTORIA NAS INTERVENÇÕES PRIORITÁRIAS P/DESASTRE OCORRIDO EM 01/01/2010 MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS	389.640	369.765
	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS EMERGENCIAIS DE CONTENÇÃO DO VAZADOURO - MUNICÍPIO DE PARACAMBI	2.069.001	2.067.493
	PROJETO RECUPERAÇÃO AMBIENTAL ÁREA DA PEDREIRA DO MORIN - PETRÓPOLIS	1.014.873	150.817
INEA	RIO LIMPO - ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS PARA SISTEMAS DE ESG. SANIT. NOS MUNICÍPIOS CONCEIÇÃO DE JACAREI, SÃO GONÇALO, ITABORAI, CONCEIÇÃO DE MACACU, VASSOURAS, MARIÁ, BOM JARDIM, SÃO JOÃO DA BARRA, LUMIAR E SÃO PEDRO D'ALDEIA.	4.136.566	3.989.751
	SISTEMA DE INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS P/MITIGAÇÃO DAS CHEIAS DO RIO MURIAÉ	646.720	646.720
	PREVENÇÃO E CONTROLE AMBIENTAL DE INUNDAÇÕES	41.061.731	6.386.900
	DESASSOREAMENTO E RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE DIVERSOS CURSOS D'ÁGUA NO ESTADO/RJ	17.972.638	15.429.686
	DESPOLUIÇÃO DO LAGO JAVARY - MIGUEL PEREIRA	2.845.456	1.959.552
	RECUPERAÇÃO DOS DIQUES NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRADE MACACU	1.482.664	-
	CONSTRUÇÃO DE BACIAS DE INFILTRAÇÃO P/AS CONTRIBUIÇÕES DE ÁGUAS PLUVIAIS NAS PRAIAS DE MANGUINHOS, JOÃO FERNANDES, DOS OSSOS E LAGOA DOS OSSOS, MUNICÍPIO ARMAÇÃO DE BÚZIOS	501.795	354.178
	PROTEÇÃO AMBIENTAL PRAIA DE SEPETIBA	500.000	73.956
	INÍCIO DAS OBRAS DE IMPLANTAÇÃO DO PARQUE FLUVIAL DO PIABANHA - ITAIPAVA	1.468.447	
	REABILITAÇÃO AMBIENTAL DA PRAIA DE SEPETIBA/RJ	2.817.444	406.416
RIOTRILHOS	SANEAMENTO AMBIENTAL DA REGIÃO DO ALTO DO RIO PRETO - VISCONDE DE MAUÁ MAROMBA E MARINGÁ - MUNICÍPIO DE RESENDE E ITATIAIA	1.003.334	341.671
	EXECUÇÃO DAS OBRAS DO LOTE 2 - PROJETO COPACABANA DO METRÔ	11.397.000	11.397.000
	EXECUÇÃO DOS SISTEMAS AUXILIARES DE ENERGIA E VIA PERMANENTE DO LOTE 2 DO PROJETO COPACABANA DO METRO	6.879.617	6.879.617
	SISTEMAS DE PILOTAGEM AUTOMÁTICA DO TRECHO BOTAFOGO/ARCO VERDE	1.285.171	1.285.171
DRM	SISTEMA DE SINALIZAÇÃO PROGRESSIVA PARA O TRECHO CANTAGALO/GENERAL OSÓRIO	438.212	438.212
	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE GEOLOGIA E GEOTECNIA.	648.490	12.252
UERJ	AGENDA 21 - EDUCAÇÃO AMBIENTAL	2.253.222	1.363.027
<i>Outros Pequenos Investimentos</i>		938.852	1.229.470
TOTAL GERAL		168.971.578	67.783.439

IV. 3.4 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), realizado em parceria com o Governo Federal integra o Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro na busca de alavancar projetos estratégicos para se alcançar as metas pretendidas para 2027, tais como a redução do déficit habitacional de 9% para próximo de zero e a ampliação do percentual de domicílios com acesso a rede de esgoto (de 87% para próximo de 100%), entre outros.

Para 2010 a previsão total de gastos com o PAC é de R\$2,15 bilhões, incluindo recursos oriundos de convênio com a União, de Operações de Crédito e do Tesouro Estadual. O que representa um aumento de 53,4% com relação ao total previsto para o exercício de 2009.

Da previsão para este ano, como pode ser observado no gráfico 2, 40,2% destinam-se a ações de infra-estrutura urbana, 28,6% para a Construção do Arco Metropolitano e 19,2% para ações de saneamento urbano. Os 11,9% restantes dividem-se em projetos ligados à habitação urbana, preservação e conservação ambiental e organização agrária. (Tabela 33)

No primeiro semestre de 2010 já foram empenhados em favor do PAC R\$811 milhões, valor um pouco inferior ao executado em todo o exercício de 2009 (R\$884 milhões), e bem superior à execução com o Programa em 2008.

Gráfico 2

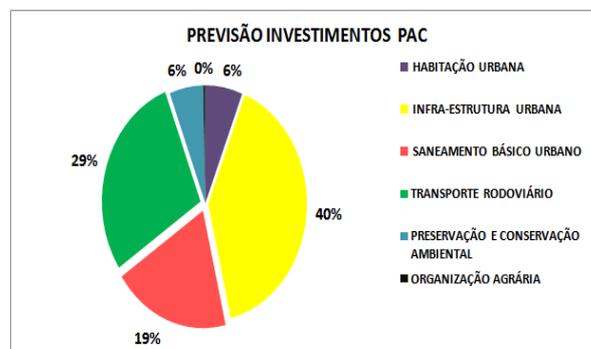




Tabela 33

ÁREA DE ATUAÇÃO	PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO		PREVISÃO INVESTIMENTO 2010	EMPENHO 1ºSEM 2010	LIQUIDADADO 1ºSEM 2010	TOTAL INVESTIMENTO TRIÊNIO 2008/2010
		2008	2009				
HABITAÇÃO URBANA	1570 Projetos Habitacionais a cargo do FEHIS	-	4.844.328	69.332.893	6.480.697	1.055.155	74.177.221
	1617 Projeto Morro do Preventório - PAC	4.926.052	11.715.527	20.180.141	3.137.070	1.016.634	36.821.721
	1618 Projeto Bacia dos Rios Iguaçu/Sarapuá - PAC	6.311.403	9.564.253	20.769.732	12.012.500	4.106.541	36.645.388
	5274 Construção de Unidades Habitacionais	22.371.524	19.888.580	20.797.439	17.758.822	13.108.014	63.057.543
TOTAL HABITAÇÃO URBANA		33.608.979	46.012.688	131.080.205	39.389.088	19.286.343	210.701.872
INFRA-ESTRUTURA URBANA	1613 Urbanização da Rocinha - PAC	12.432.194	78.285.394	142.813.237	76.601.184	30.091.352	233.530.825
	1614 Urbanização do Complexo do Alemão - PAC	101.530.012	298.379.587	470.887.937	202.615.842	121.066.999	870.797.536
	1615 Urbanização do Complexo de Manguinhos - PAC	65.947.232	162.216.576	110.592.293	58.520.809	19.544.298	338.756.101
	1616 Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC	23.993.164	20.509.519	38.708.831	6.739.494	5.018.565	83.211.514
	5273 Recup e Melhorias em Conjuntos Habitacionais	11.046.388	29.845.007	103.846.008	52.546.790	35.729.694	144.737.404
TOTAL INFRA-ESTRUTURA URBANA		214.948.990	589.236.084	866.848.306	397.024.119	211.450.907	1.671.033.379
SANEAMENTO BÁSICO URBANO	1305 Implant Ampl Sist Saneamento Peq Localidades	-	2.061.917	158.443.652	20.728.368	813.450	160.505.569
	1606 Saneam Entorno Baía de Guanabara e RMRJ-PAC	4.550.999	19.731.141	99.486.890	17.380.290	1.715.467	123.769.029
	1607 Ampl Abast Água Baixada e S Gonçalo - PAC	27.828.087	68.767.271	151.944.756	104.967.346	8.208.435	248.538.114
	1608 Melhoria Prod Parque Tratam Água Guandu-PAC	1.002.857	1.299.511	5.046.919	2.419.642	-	7.349.287
TOTAL SANEAMENTO BÁSICO URBANO		33.379.943	91.859.839	414.922.217	145.495.645	10.737.353	540.161.999
TRANSPORTE RODOVIÁRIO	1039 Impl Pav Segm C Arco Rodov Metropolitan- PAC	13.713.767	48.992.925	616.393.754	133.083.743	49.591.981	679.100.447
PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	1534 Projeto Iguaçu - PAC	16.616.306	107.189.738	119.381.075	93.682.495	23.924.844	243.187.119
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	2204 Regulariz Fund e Consolida de Assent Humanos	465.011	731.072	7.163.523	2.351.228	737.256	8.359.607
TOTAL PAC - ERJ		312.732.996	884.022.346	2.155.789.080	811.026.318	315.728.684	3.352.544.423

Posição: SIG/SIAFEM 21/07/2010

A maior parcela do PAC é destinada à Infra-estrutura Urbana. Da previsão para 2010 (R\$866,8 milhões) foram empenhados até o primeiro semestre R\$397 milhões – 45,8%, com destaque para o projeto de Urbanização do Complexo do Alemão, onde o empenho no mesmo período atingiu R\$202 milhões.

Nesse complexo, já foram entregues aos moradores, 152 unidades habitacionais. Além de moradias, o projeto conta com áreas de esporte e lazer, um centro cívico, implementação de rede de iluminação pública, pavimentação e alargamento de ruas e a construção de um teleférico que irá integrar toda a comunidade.

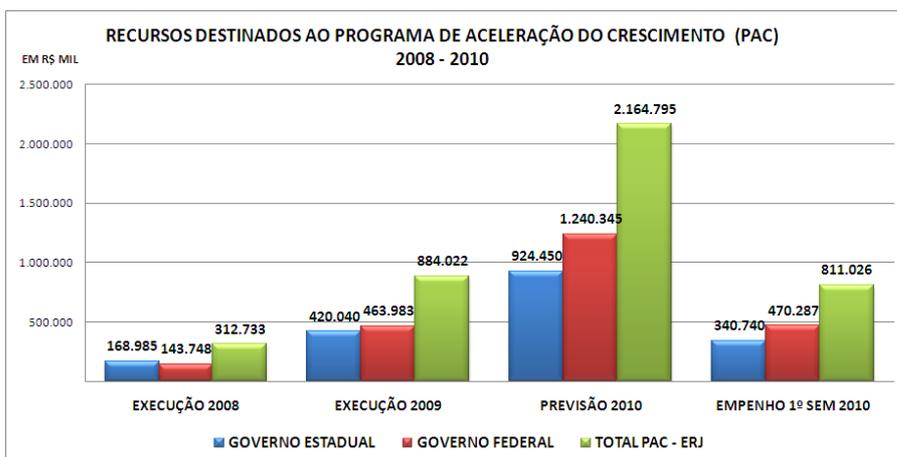
Outra obra fundamental no contexto do PAC é a construção do Arco Rodoviário Metropolitano, rodovia que interligará cinco rodovias federais, uma ferrovia e importantes pólos produtivos do Estado. Apesar da previsão de gasto com a obra corresponder a 28,6% de todo o orçamento previsto para o PAC em 2010, o empenho no primeiro semestre corresponde a apenas 16,4% do total empenhado com o PAC no período.



O baixo nível de empenho com a obra pode ser creditado a uma série de problemas encontrados ao longo da execução do projeto. Estes problemas vão de questões ambientais, como a necessidade de conservação de reservas de Mata Atlântica e o encontro de áreas de reprodução de animais. Passa também por questões arqueológicas, como os 22 sítios arqueológicos encontrados ao longo das escavações. Além do aumento no número de desapropriações esperadas que passaram primeiramente de uma estimativa inicial de 1800 a 2000, atualmente já redimensionada para 3800 desapropriações.

O Gráfico abaixo demonstra a dotação disponível para o exercício e ao valor da despesa executada até o 1º semestre de 2010 de todos os programas que compõem o PAC (Tabela 33). A execução na primeira metade de 2010 já atingiu níveis bem superiores a todo o gasto de 2008 e níveis próximos do executado em todo o exercício de 2009, tanto no que se refere à participação do Estado quanto à participação da União.

A defasagem entre a despesa prevista e o empenho realizado é explicada pela baixa execução do Arco Rodoviário, conforme citado anteriormente, pois no âmbito do PAC Complexos já foram gastos 46% da dotação disponível para o exercício (R\$886,84milhões).

Gráfico 3

IV.4 Cota Financeira¹⁸

O aprimoramento da metodologia de cota financeira implantado no início deste ano vem alcançando os resultados esperados.

O percentual de utilização da Cota Financeira liberada nas fontes Tesouro passou de 44% em fevereiro para 94% ao final de junho (Tabela 34).

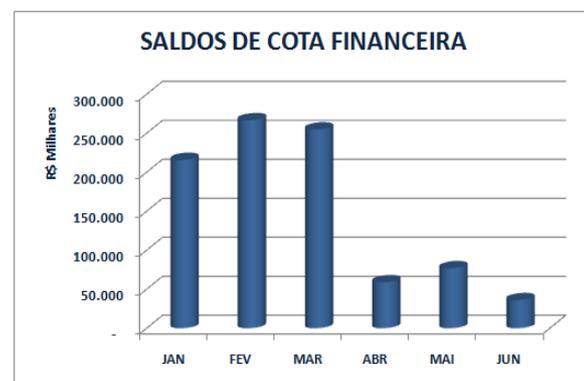
O Gráfico 4 demonstra a redução mensal dos saldos de cota financeira, cujo cancelamento só foi implantado a partir de abril, devido a dificuldades operacionais do sistema. Fica visível que nos três primeiros meses do ano, o saldo não utilizado é bastante elevado.

Essa mudança na metodologia, redistribuição de 75% do saldo da cota financeira não utilizados para os meses subsequentes, fez com que os relatórios de programação financeira, encaminhados pelos órgãos setoriais, ficassem mais coerentes com a realidade.

A cultura de planejamento financeiro que estamos tentando implantar desde 2008 começa, então, a se tornar realidade. Para evitar o prejuízo do

Tabela 34

FR	COTA FINANCEIRA LIBERADA (JAN-JUN)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (JAN-JUN)	DESPESA PAGA (JAN-JUN)	% UTILIZAÇÃO
TESOURO	2.244.713	2.109.248	1.864.461	94,0%
OUTRAS FRs	1.755.472	776.705	609.056	44,2%
TOTAL	4.000.185	2.885.953	2.473.517	72,1%

Gráfico 4

A nova metodologia de redistribuição dos saldos de cota financeira não utilizada vem garantindo maior previsibilidade ao Caixa do Tesouro, evitando um impacto não programado no Fluxo de Caixa.

¹⁸ Os valores apresentados na Tabela 39 estão acumulados.



cancelamento do saldo, há maior transparência nos demonstrativos apresentados.

Como consequência previne-se o excesso de liquidez, que poderia sobrecarregar o caixa do Tesouro em um determinado momento.

Para a liberação de cota financeira de Outras Fontes, considera-se a receita realizada até o período ou a projeção de entrada de receita ajustada pelo órgão. Basicamente, são receitas de convênios cuja destinação é específica e segue cronograma de repasse estabelecido pelo conveniente. O percentual de utilização da Cota Financeira de Outras Fontes (44,2%) ainda não está compatível com a entrada de recursos registrada no SIAFEM, que ao final do primeiro semestre somava R\$1,79 bilhões.

V ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

V.1 Cota Financeira

A metodologia¹⁹ implantada, no início do ano, para a Cota Financeira referentes às fontes de recursos (FR) do Tesouro²⁰, tem demonstrado ser eficaz, e fomentou o melhor uso desses recursos, pois, o Órgão que não consumir a cota financeira liberada para o período terá seu saldo realocado ao longo do ano, de acordo com o estabelecido na Resolução SEFAZ nº 279, de 09 de fevereiro de 2010.

Até o mês de abril deste ano, o percentual de utilização²¹ da Cota Financeira liberada era cerca de 91% (R\$ 1,09 bilhão), sendo que em junho este percentual aproximou-se de 94% (R\$ 2,11 bilhões). Este mesmo nível de utilização não foi observado nas demais fontes de recursos, onde tal metodologia não é aplicada. Nestas fontes, o percentual de utilização da cota liberada, até o mês de abril, foi de 35,2% (R\$ 0,36 bilhão); e, até junho, de 44,24% (R\$ 0,78 bilhão). (Tabela 35)

Os coeficientes de utilização das Cotas Financeira das FR do Tesouro e das Outras Fontes, apresentadas na Tabela 35, evidenciam a tendência dos Órgãos em utilizar, preferencialmente, os recursos do Tesouro, em detrimento dos recursos próprios e/ou vinculados. Esta tendência é confirmada nas etapas seguintes dos gastos (liquidação, cota financeira utilizada³ e pagamento).

No 3º bimestre, 93,97% da cota financeira concernente à fonte de recursos do tesouro tiveram Programação de Desembolso (PD) emitida.

Se verificarmos esse índice nas áreas prioritárias, deparamos com os seguintes resultados: 98,28% da cota

¹⁹ Redistribuição dos saldos não utilizados pelos Órgãos e o cronograma de pagamento de RP

²⁰ Fontes de Recursos do Tesouro (FR 00; 01; 04; 06; 07; 20; e 22)

²¹ Cota financeira utilizada é igual à Programação de Desembolso emitida.

Tabela 35
ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2010

FR	R\$ Mil				
	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	3.595.027	2.305.632	2.244.713	2.109.248	1.864.461
FR - Outras	1.605.667	821.159	1.755.472	776.705	609.056
Total geral	5.200.695	3.126.791	4.000.185	2.885.953	2.473.517

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2010

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	64,13%	102,71%	91,48%	93,97%	88,39%
FR - Outras	51,14%	46,78%	94,59%	44,24%	78,42%
Total geral	60,12%	78,17%	92,30%	72,15%	85,71%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição acumulada até Jun/2010

Tabela 36
**ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ JUNHO DE 2010 POR ÁREAS
FR TESOURO**

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	264.450	168.889	163.100	159.442	151.598
SAÚDE	972.929	558.587	507.241	498.503	446.135
SEGURANÇA	254.093	195.798	194.696	185.188	180.161
DEMAIS ÁREAS	2.103.555	1.382.358	1.379.676	1.266.115	1.086.567
TOTAL GERAL	3.595.027	2.305.632	2.244.713	2.109.248	1.864.461

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição Acumulada até Jun/2010

ÁREA	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	63,86%	103,55%	94,41%	97,76%	95,08%
SAÚDE	57,41%	110,12%	89,24%	98,28%	89,50%
SEGURANÇA	77,06%	100,57%	94,58%	95,12%	97,29%
DEMAIS ÁREAS	65,72%	100,19%	91,59%	91,77%	85,82%
TOTAL GERAL	64,13%	102,71%	91,48%	93,97%	88,39%

Fonte: SIG e SIAFEM

Obs: Posição Acumulada até Jun/2010

financeira liberada, na área da Saúde, tiveram suas PD's confeccionadas; 97,76%, na área da Educação; e, 95,12%, na Segurança. (Tabela 36)

O Tesouro Estadual, por sua vez, manteve o seu compromisso, neste 1º semestre de 2010, e honrou 88,39% das Programações de Desembolso emitidas pelos órgãos estaduais. A área de Segurança teve 97,29% de suas PD's emitidas pagas, a Educação 95,08% e a Saúde 89,50%.

V.2. Pagamento de PD's

A Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) segue, no 3º bimestre de 2010, mantendo a celeridade no adimplemento das obrigações suportadas com recursos do Tesouro, este fato torna-se evidente quando confrontamos o prazo médio de pagamentos praticado no 2º bimestre de 2010, que foram de 11 dias para áreas prioritárias e de 9 dias para áreas não prioritárias, com os prazos do 3º bimestre (Tabela 35).

Cabe ressaltar que o ritmo de pagamento manteve-se célere, mesmo com o crescimento da Cota Financeira liberada. A Resolução SEFAZ nº 279 de 09 de fevereiro de 2010 previa que até o mês de junho de 2010 o valor da Cota seria de R\$ 1,77 bilhão, contudo o valor da cota liberada foi de R\$ 2,24 bilhões. No ano de 2009, até esse período, o valor da cota que havia sido liberado foi de R\$ 1,57 bilhão. A despeito deste aumento, quando comparamos os prazos praticados (Gráfico 5) no 3º bimestre de 2010 (10 dias para áreas prioritárias e 9 dias para as áreas não prioritárias), com o mesmo período, em 2009 (13 dias para áreas prioritárias e 17 dias para áreas não prioritárias), observamos que houve uma redução no prazo médio de pagamentos.

Vale destacar, ainda, que o Tesouro Estadual tem adimplido as obrigações dos órgãos, em quase a sua totalidade (99,42%), em até 30 dias após a sua data de emissão. A grande maioria dos pagamentos realizados nesse 3º

Tabela 35

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's
3º BIMESTRE DE 2010

ÁREAS	PRAZOMÉDIO
PRIORITÁRIA	10
NÃO PRIORITÁRIA	9
Total geral	9

Fonte: Sistema de Apoio ao Tesouro Estadual - SATE

Gráfico 5

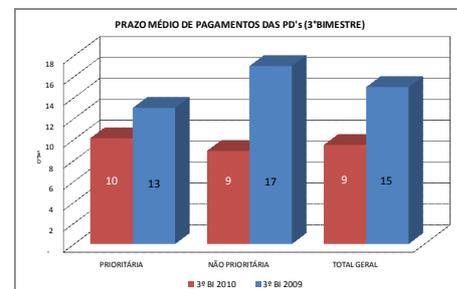
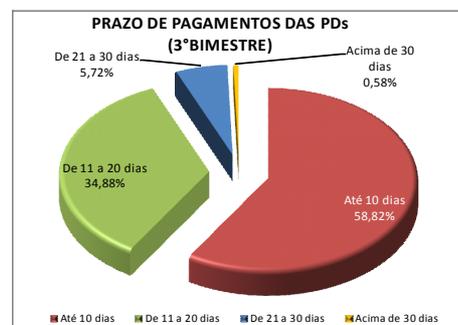


Gráfico 6



bimestre ocorreu em até 10 dias, 58,82% (Gráfico 6); e de 11 a 20 dias, 34,88%. Esses números se coadunam com o contínuo planejamento do fluxo de caixa do Tesouro, garantindo assim a eficácia e a agilidade da execução da programação orçamentária e financeira.

V.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

As expectativas inflacionárias para os anos de 2010 e 2011, acima da meta do Banco Central, levaram o Comitê de Política Monetária (COPOM), na 151ª reunião, a elevar a taxa Selic em 0,75 pontos percentuais, pela segunda vez consecutiva, passando a vigorar a taxa de 10,25% a.a..

Esse aumento refletiu-se, diretamente, na rentabilidade dos fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, que tiveram um aumento de 8,7% em relação ao bimestre anterior.

A elevação dos rendimentos somada a outros fatores, e.g. disponibilidade financeira do período e a alocação dos recursos, acarretaram um aumento de 37,6% da receita financeira, no 3º bimestre, quando comparado à obtida no 2º bimestre.

Esse bom desempenho advém do constante esforço da atual gestão em otimizar os recursos, em sua administração, por meio da manutenção da política de investir nos fundos exclusivos (criados especialmente para o Estado), que possuem uma rentabilidade maior e com risco negligível. Tais fundos obtiveram em média 99% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark dos fundos). Para fins comparativos, verifica-se que, até o 3º bimestre, os fundos utilizados pelo Tesouro superaram em 101 pontos base a remuneração da poupança.

Como mencionado acima, após a realização de duas elevações da taxa básica de juros, e alguns indicadores econômicos apresentarem uma provável desaceleração da economia, a curva de juros foi ajustada, projetando a taxa de juros entre 11,00% a.a. e 11,50% a.a. até o final do ano.

Gráfico 7

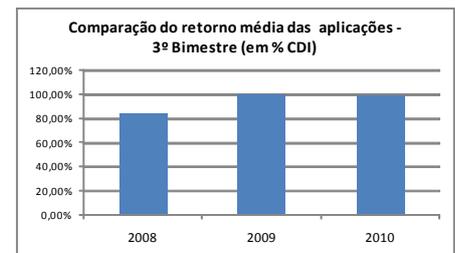


Gráfico 8

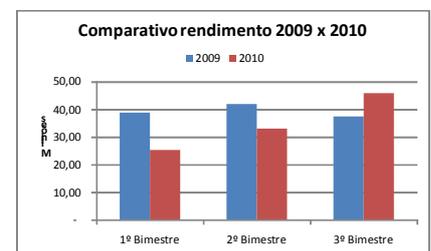


Gráfico 9



Como consequência, espera-se que as rentabilidades dos fundos aumentem até o final do ano. Todavia, esse aumento, por si só, não garante que a meta de receita financeira, prevista na LOA 2010, seja alcançada, já que outros fatores influenciam no rendimento dos fundos, como, por exemplo, a disponibilidade em caixa.

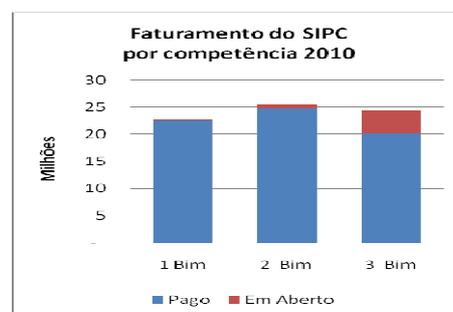
V.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No 3º bimestre, 82% das faturas pertinentes a serviços essenciais públicos do período foram adimplidas, e a maior parte do restante, ainda em aberto, está com um mês de atraso.

Com relação aos números do primeiro semestre de 2010, verifica-se que o Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC²² registrou R\$ 73 milhões em despesas com serviços públicos utilizados pelos órgãos e entidades estaduais. Por meio desta sistemática, criada com a finalidade de concentrar a execução orçamentária e financeira em uma unidade gestora, o Tesouro Estadual adimpliu R\$ 67 milhões, ou seja, 91% do montante faturado. Portanto, nos últimos meses, houve aumento no percentual de pagamento em relação aos 84% apurados até abril. Esta melhora foi influenciada principalmente pela quitação das faturas vencidas do período de janeiro a abril de 2010.

Este resultado reflete a busca contínua de todas as partes envolvidas na sistemática de pagamento do SIPC de honrar essas despesas no prazo previsto (Concessionárias, Órgãos, e Coordenação de Acompanhamento de Pagamento de Concessionárias).

Gráfico 10



²² O SIPC foi criado por meio do Decreto nº 35.670/2004.

Em relação à evolução da execução orçamentária dessas despesas, os órgãos estão disponibilizando o orçamento de acordo com o recebimento das faturas, tendo sido empenhado, até o presente momento, 97% do valor faturado.

Tabela 37

**Acompanhamento da execução das despesas com as Concessionárias incluídas no SIPC
Janeiro a Julho - 2010**

R\$ mil

Favorecido	Faturado	Empenhado	Liquidado	Pago	% Pg x Faturado
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A	38.684	36.560	35.778	34.978	90%
AMPLA ENERGIA E SERVICOS S.A.	20.895	21.025	20.785	20.560	98%
TELEMAR NORTE LESTE S/A	6.499	5.386	5.279	4.881	75%
AGUAS DE NITEROI S.A.	3.125	3.178	3.118	2.770	89%
AGUAS DO PARAIBA S/A	2.272	2.264	2.264	1.858	82%
AGUAS DAS AGULHAS NEGRAS S.A	287	286	286	286	100%
CONC AGUAS DE JUTURNAIBA S/A	340	339	336	336	99%
SERV AUT DE AG/ESG VOLTA REDONDA	298	297	297	263	88%
ENERGISA NOVA FRIBURGO S A	306	304	301	301	98%
PROLAGOS S/A	237	235	235	235	99%
AGUAS DO IMPERADOR S/A.	248	245	244	244	98%
AGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA	213	305	206	168	79%
SERV AUT DE AG/ESG BARRA MANSA	80	79	79	79	99%
Total	73.484	70.504	69.207	66.959	91%

No que tange ao fornecimento de energia elétrica, ao compararmos o consumo do terceiro bimestre com o do segundo, constata-se redução de 5% no consumo total dos órgãos em kWh. Esta queda no consumo se deve em grande parte ao término das altas temperaturas e ao início do inverno. Ressalte-se que nas áreas de Saúde e Segurança o percentual de redução foi ainda maior, 13% e 18% respectivamente. Por outro lado, verificou-se o aumento de 3% no consumo da Secretaria de Educação, efeito do crescimento de demanda das escolas que já foram climatizadas²³.

Na área de comunicação, a Rede Governo de Telefonia²⁴ utilizada atualmente mostrou-se eficiente e econômica para

²³ O projeto de climatização inclui a instalação de aparelhos de ar condicionado nas unidades escolares.

²⁴ Contrato celebrado, em 2008, entre o governo estadual e a Oi/Telemar, que teve como objeto a implantação da nova rede de telefonia.



a telefonia fixa. O faturamento mensal dos serviços de telefonia fixa, depois da conclusão da migração de todos os órgãos, está em torno de R\$ 950 mil, e com a antiga rede eram gastos cerca de R\$ 2 milhões/mês (economia superior a R\$ 1 milhão)

A economia gerada possibilitou alocar recursos para contratar serviços de comunicação mais avançados, principalmente, no sistema de transmissão de dados, ferramenta indispensável para elevar o nível tecnológico das informações do Estado.

Ratificando os bons resultados obtidos com a otimização e também com a diligência nos pagamentos das despesas com serviços essenciais, mais uma concessionária aderiu à sistemática de pagamento centralizado por meio do SIPC: a concessionária Águas de Nova Friburgo. Outras estão providenciando a implementação das rotinas necessárias para sua inclusão, cite-se a CEDAE e a OI/Telemar, esta em relação aos serviços de transmissão de dados e telefonia móvel.

Em resumo, no período de janeiro a julho de 2010, o Tesouro Estadual desembolsou cerca de R\$ 95 milhões para quitar despesas com serviços públicos essenciais prestados aos órgãos estaduais²⁵. Considerando que este montante utilizou 40% do orçamento reservado em 2010 no Programa de Trabalho específico para esse fim, os órgãos têm ainda 60% desta dotação para honrar as despesas do segundo semestre.

IV.5 Tratamento Dispensado a Restos a Pagar Processados

Seguindo o cronograma de pagamento estipulado por esta Secretaria de Estado de Fazenda, no dia 25 de maio de 2010, foi pago o montante total de R\$ 15.866.214,30 milhões, que contemplou o pagamento da sexta parcela, para os credores que ingressaram na 1ª fase do programa; o pagamento da quinta parcela, para os credores que ingressaram na 2ª fase do

²⁵ Inclui apenas as despesas executadas com Fontes de Recursos do Tesouro disponibilizadas no Programa de Trabalho – Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública.

programa; o pagamento da quarta parcela, para os credores que ingressaram na 3ª fase; e, o pagamento da terceira parcela para os credores que ingressaram na 4ª fase.

Após o pagamento do mês de maio, portanto, para fins contábeis, o Tesouro Estadual já quitou o total de R\$ 126.977.748,09, computados os efeitos dos pagamentos realizados até a presente data – previstos no cronograma de pagamento (R\$ 103.382.497,11) – e os valores quitados nas Ofertas Públicas de Recursos (contabilizados pelo valor de face, somando R\$ 23.595.250,98).

Logo, o Tesouro estadual já quitou, aproximadamente, 50% do total da dívida repactuada pelo programa, contemplando, integralmente, cerca de 750 credores.

V.6 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

No 3º bimestre de 2010, foram aplicados R\$ 20 milhões para pagamento de precatórios. Desse montante, R\$ 18,2 milhões foram oriundos do Tesouro Estadual, R\$ 1,8 milhões dos recursos próprios do Rioprevidência.

Os pagamentos realizados nos meses de maio e junho foram compostos das parcelas dos acordos vigentes, restando ainda 18 acordos do Estado e 1 acordo do Rioprevidência. Ressalta-se que esses acordos foram celebrados pela Procuradoria Geral do Estado antes da promulgação da EC nº 62, em 09 de dezembro de 2009.

Do total desembolsado, 54% foram aplicados no adimplemento das obrigações de natureza alimentícia e 46% empregados nas obrigações de natureza comum.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 3º Bimestre deste ano, foram pagas 228 requisições de pequeno valor, totalizando R\$ 1.660.661,86 (um milhão, seiscentos e sessenta mil, seiscentos e sessenta e um reais e oitenta e seis centavos). O dispêndio direcionado ao

Gráfico 11

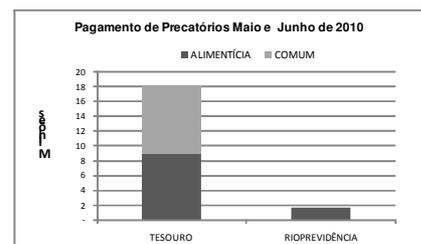
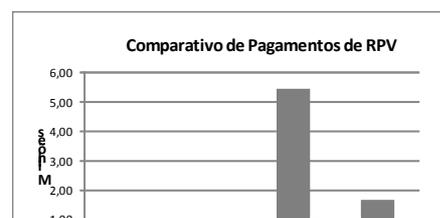


Tabela 38

PAGAMENTOS DE RPV - 2010		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
maio	147	1.008.547,14
junho	81	652.114,72
Total	228	1.660.661,86

Gráfico 13



adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor (até 40 vezes o valor do salário mínimo), possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal²⁶.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

Somando-se precatórios e requisições de pequeno valor, foram pagas 228 requisições judiciais de pagamento, no 3º bimestre de 2010, com dispêndio total de R\$ 21,6 milhões.

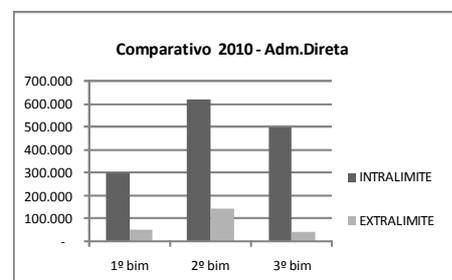
Tendo em vista que o pagamento efetivo de novos precatórios depende de orientações a serem expedidas pelos Tribunais, o Governo vem honrando os acordos de parcelamentos e mantendo em dia o pagamento das requisições judiciais de pequeno valor.

V.7 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a dívida pública

No 3º bimestre de 2010, o Tesouro Estadual desembolsou R\$ 557 milhões com o serviço da dívida²⁷, valor 27% inferior ao pago no 2º bimestre. Essa variação foi influenciada pela redução do serviço da dívida extralimite, que foi 71% menor que a do 2º bimestre, visto que não se repetiram os pagamentos semestrais dos contratos da dívida externa ocorridos no bimestre anterior.

O valor devido da dívida intralimite foi de R\$ 555 milhões, no 3º bimestre. O pagamento efetivo, por força do teto de 13% da Receita Líquida Real (RCL), ficou em R\$ 497 milhões, gerando um resíduo de aproximadamente R\$ 58 milhões, que foi incorporado ao saldo do contrato.

Gráfico 14



²⁷ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.



Tabela 36

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2º bim 2010			3º bim 2010			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	242.003	519.821	761.824	159.068	379.585	538.653	-29,29%
INTRALIMITE	140.347	476.833	617.180	134.528	362.239	496.768	-19,51%
EXTRALIMITE	101.656	42.988	144.644	24.540	17.346	41.885	-71,04%
INTERNA	22.244	17.936	40.180	24.540	15.199	39.739	-1,10%
EXTERNA	79.412	25.052	104.464		2.146	2.146	-97,95%
ADM. INDIRETA HONRADA	6.100	1.179	7.279	18.141	399	18.540	154,71%
TOTAL	248.102	521.000	769.103	177.209	379.984	557.193	-27,55%
<i>Informações complementares:</i>							
Valor devido intra-limite	181.722	351.624	533.345	192.283	362.239	554.523	3,97%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	95.559	338.976	434.535	134.528	362.239	496.768	14,32%
Diferença incorporada no resíduo	86.162	12.648	98.810	57.755,0	-	57.755	-41,55%

Valores pagos a preços correntes.

* No cálculo do valor a ser incorporado ao resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

O pagamento da dívida da administração indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual²⁸, teve um acréscimo de 154,71% [como montante é baixo em %s fica expressivo] em relação ao bimestre anterior, totalizando nos meses de maio e junho R\$ 18,54 milhões²⁹. Esse acréscimo representa, apenas, 3,33% do montante pago no 3º bimestre.

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 3º bimestre deste ano, o estoque da Dívida Financeira somou R\$ 55 bilhões, quantia 3,93% maior que a observada no 2º bimestre. Esse aumento se deve à variação positiva do IGP-DI³⁰, índice aplicado no reajuste da maioria dos contratos da dívida interna.

²⁸ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.

²⁹ Tal acréscimo refere-se à segunda parcela a título de antecipação conforme estabelecido no item 5.3 do Instrumento de Parcelamento previdenciário da Companhia de Transportes sobre Trilhos do E.R.J. junto à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER.

³⁰ Os saldos devedores da maior parte dos contratos da dívida interna são corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, que fechou em 2,30% (IGP-DI de abr/10 e mai/10) no 2º bimestre. As dívidas com a União, que representam 95,63% do montante total tiveram um aumento de 1,02%. Os contratos de Assunção de Dívidas do BERJ, junto ao BACEN, e de



O estoque da dívida externa, que corresponde a 3,98% do total da dívida financeira, encerrou o bimestre com o saldo de R\$ 2,19 bilhões, valor 75,83% maior que o verificado no 2º bimestre de 2010, a variação é efeito do ingresso de recursos do contrato de financiamento firmado com o Banco Mundial – BIRD, no montante de R\$ 879 milhões, e, também, pela desvalorização do real frente ao dólar³¹. O indicador de solvência (a relação Dívida Financeira/Receita Líquida Real – DF/RLR), acordado entre a União e o Estado do Rio, apresentou melhora entre o 2º e 3º bimestres de 2010. A relação caiu de 2,21% para 2,10%, representando uma redução de 5,14%³².

Tabela 37

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL 2010			
	2º Bimestre	3º Bimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	53.011.691,58	55.094.290,96	3,93%
INTERNA	51.536.899,38	52.686.178,32	2,23%
Dívida com a União	51.536.899,38	52.686.178,32	2,23%
Outras Dívidas Contratuais	-	-	
EXTERNA	1.248.133,26	2.194.540,52	75,83%
Com Aval do Tesouro Nacional	1.245.485,74	2.191.793,35	75,98%
Mobiliária	2.647,52	2.747,16	3,76%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	226.658,95	213.572,13	-5,77%
DÍVIDA FINANCEIRA	53.011.691,58	55.094.290,96	3,93%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI	23.990.585,28	26.283.878,57	9,56%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,21	2,10	-5,14%

Valores a preços correntes

Receita de Operações de Crédito

Foram liberados R\$ 905 milhões de receita de operações de créditos, no 3º bimestre de 2010 (Tabela 42). Desse montante, R\$ 879 milhões foram destinados para o Programa de Desenvolvimento Econômico, Social e de Sustentabilidade do E.R.J. – PRODESF (recursos

refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº 9.496/97, que juntos representam 91,51% desta dívida, tiveram um crescimento nominal de 1,78% e 2,40%, respectivamente.

³¹ A cotação do dólar (venda) do dia 30/06/2010 foi de 1,8015 e a do dia 30/04/2010 foi de 1,7306

³² A meta da Dívida para o exercício de 2010, fechada no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, foi de 2,43.



provenientes do BIRD); e R\$ 20,50 milhões, ao Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES).

Cabe informar que foram assinados nos meses de maio e junho, os seguintes contratos:

- (i) operação de crédito externo, firmado no dia 10/05/2010, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no montante de US\$ 19,7 milhões, referente ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J. – PROFAZ I;
- (ii) operação de crédito, assinada em 26/05/2010, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES/ PMAE-GESTÃO, referente ao Programa de Modernização da Administração Estadual II, no valor de R\$ 10 milhões; e
- (iii) operação de crédito, celebrada no dia 24/06/2010, junto à CAIXA, no valor de R\$ 606 milhões, referente ao Programa de Aceleração do Crescimento– PAC/FAVELAS.

No final do bimestre, o Estado deu entrada junto à STN em mais duas operações de crédito. A primeira a ser contratada junto ao BID, destinada ao financiamento do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Estado do Rio de Janeiro – PRODETUR-RJ, no valor de até US\$ 112.000.000,00; e a segunda, a ser contratada junto à CAIXA, destinada à aplicação do Corredor Viário Via Light, no valor de R\$ 259.138.332,31.



Tabela 38

Valores em R\$ mil

	2010		TOTAL
	Liberado (¹)	a Liberar	a Liberar
1. Operações de Crédito Contratadas (²)	956.601,08	1.164.447,05	1.886.659,75
Operações contratadas com o SFN	47.062,82	991.166,95	1.430.783,51
1. BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	110,25	-	-
1.1 BNDES - EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	-	31.984,68	31.984,68
2. BNDES - Programa de modernização da Administração Estadual-PMAE	2.537,41	1.307,29	1.307,29
3. CAIXA - SANEAMENTO PARA TODOS	-	162.633,44	558.000,00
4. BNDES - SEGURANÇA - Delegacia Legal	24.443,29	184.194,92	223.444,92
5. BB - Programa de Sustentação de Investimentos	3.517,22	-	-
5.1 BB - Programa de Sustentação de Investimentos	16.454,66	0,00	0,00
6. BNDES PMAE II	-	5.000,00	10.000,00
7. CAIXA PAC	-	606.046,61	606.046,61
Demais	909.538,26	173.280,10	455.876,24
1. BIRD - INFRAESTRUTURA II/TRANSPORTES PET II	30.590,94	156.364,45	349.298,96
2. BIRD - RIO RURAL - Desenvolvimento Rural Sustentável	178,24	10.270,80	70.981,35
3. BIRD -PRODESF - Desenv. Ec. Social e de Sustentabilidade do E.R.J.	878.769,08	-	-
4. BID - PROFAZ (profisco)	-	6.644,85	35.595,93
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	391.460,52	495.408,03
1. PROGESTÃO	-	1.622,57	33.639,41
2. PRODETUR	-	129.837,95	201.768,62
3. VIALIGHT	-	260.000,00	260.000,00
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF (³)	-	755.953,00	6.161.655,00
Total	956.601,08	2.311.860,57	8.543.722,78

(1) Valores realizados até o bimestre, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de jun/2010

(3) Valores redistribuídos de acordo com o PAF assinado em 15/04/2010, atualizados pelo IGP-DI/2010.

V.8 Acompanhamento financeiro de Convênios³³

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 3º bimestre de 2010, com 387 Convênios de Receita e 514 Convênios de Despesa vigentes³⁴.

Os mais relevantes para o Estado são os celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento

³³ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Informações Gerenciais (SIG) e do SIAFEM em diversas datas ao longo do mês

³⁴ Convênios de Receita – São aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - São aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

Econômico – PAC³⁵ e no Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios - PADEM³⁶.

Para a realização das diversas obras de infraestrutura do PAC, o Estado firmou com a União, até o 3º bimestre de 2010, o total de 98 Convênios de Receitas, alcançando um investimento de aproximadamente R\$ 2,5 bilhões. Desse montante, R\$ 1,6 bilhões consiste no valor previsto de repasse da União e aproximadamente R\$ 900 milhões são oriundos do Tesouro Estadual.

Destes recursos aportados pelo Tesouro do Estado, no 3º bimestre de 2010, foram empenhados em torno de R\$ 75 milhões, liquidados R\$ 74 milhões e pagos R\$ 9 milhões. Sendo destinados 52% às áreas de Habitação e cerca de 48% à área de Saneamento.

Com relação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios – PADEM, encontram-se vigentes 178 convênios. No âmbito desses convênios, até este bimestre, o valor disponibilizado pelo Tesouro Estadual foi de aproximadamente R\$ 76 milhões, que serão utilizados em obras de diversas naturezas, principalmente, nas obras de infraestrutura. Neste período, foi empenhado o montante aproximado de R\$ 69 milhões, liquidados R\$ 77 milhões e pagos R\$ 46 milhões.

Nos demais Convênios de Despesa, foram estabelecidos 336 convênios, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer. Neste bimestre, foram empenhados cerca de R\$ 140 milhões, liquidados R\$ 98 milhões e pagos R\$ 86 milhões.

Com vistas a proporcionar uma participação dos Municípios no processo de construção de políticas públicas de longo prazo para a cultura fluminense, o Governo do Estado do Rio, por intermédio da Secretaria de Estado da Cultura (SEC) em parceria com o Ministério da Cultura (MinC), criou

³⁵ Lei nº 11.578/2007 – Regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

³⁶ Decreto nº 28.308/01, de 10 de maio de 2001.



o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Cultural dos Municípios do Estado do Rio de Janeiro – PADEC, que tem como objetivo o financiamento de projetos vinculados à área da cultura, apresentados pelos Municípios do Estado do Rio de Janeiro, exceto a capital fluminense. Neste programa, serão disponibilizados recursos provenientes da União e do Estado no valor aproximado de R\$ 15 milhões.³⁷ Cada projeto tem o prazo para execução de até 12 meses, contados a partir da liberação da 1ª parcela, que ocorreu neste bimestre. Destes Convênios celebrados, 31 já foram beneficiados com esses recursos, quantia correspondente a R\$ 2,4 milhões.

Para que estes recursos sejam liberados pela Coordenação de Convênios (COCON) da Superintendência de Controle da Dívida pertencente à Subsecretaria de Finanças (SUBFIN), que tem por competência acompanhar a execução financeira dos convênios celebrados pelos órgãos e entidades estaduais, verifica o cumprimento dos requisitos legais e contratuais exigíveis para **a transferência de recursos e/ou pagamento de despesas feitas no âmbito de convênios.**

Dentre os pressupostos legais observados por esta Coordenação, cumpre mencionar os procedimentos dispostos na Lei Federal nº 11.578/2007, Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), Decreto Federal nº 6.170/2007, Portaria Interministerial nº 127/2008, Instrução Normativa STN nº 01/1997, Decreto Estadual nº 41.528/2008, Resolução SEF nº 09/2003, Portaria CGE nº 131/2008, Instrução Normativa AGE nº 10/2010 e, também, a partir do mês julho, as vedações impostas pela Lei Eleitoral, Lei Federal nº 9.504 de 30 de setembro de 1997.³⁸ Dentre estes normativos

³⁷ Fonte: Secretaria de Estado da Cultura, sítio eletrônico: www.sec.rj.gov.br.

³⁸ A partir do dia 03 de julho de 2010, ficará vedado realizar transferência voluntária de recursos, por meio de **Contratos de Repasse e Convênios**, entre os entes da federação, conforme disposto o art. 73 da Lei Eleitoral, que veda que os agentes públicos servidores ou não, nos três meses que antecedem o pleito eleitoral: a) realizassem transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados **os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado**, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública.



destaca-se o art. 25 da Lei de Responsabilidade Fiscal³⁹, que exige à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos para a realização de nova transferência voluntária.

Ilustrando o tema, vale citar alguns requisitos legais que, se não observados, poderão impedir a transferência do recurso.

- A conta bancária registrada na PD, relativa à liberação dos recursos financeiros, deve ser específica do convênio;
- A liberação dos recursos ficará condicionada à publicação do extrato do convênio no Órgão Oficial dos Poderes do Estado;
- Na data da liberação dos recursos o convênio deve estar vigente. Caso contrário os valores serão glosados e devolvidos ao Órgão repassador;
- Existência de saldo contábil para a liberação do recurso;
- O preenchimento do evento - código numérico utilizado para contabilização de qualquer ato ou fato, no SIAFEM/RJ - feito pelo Órgão, deve estar de acordo com a finalidade da destinação dos recursos;
- O detalhamento da fonte de recursos dos Convênios deve ser realizado com base no seu cadastro no SIAFEM/RJ; e

³⁹ Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - **(VETADO)**

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.



- A liberação dos recursos quando ocorrer em 03 (três) ou mais parcelas ficará condicionada a regular apresentação da prestação de contas dos recursos anteriormente transferidos.